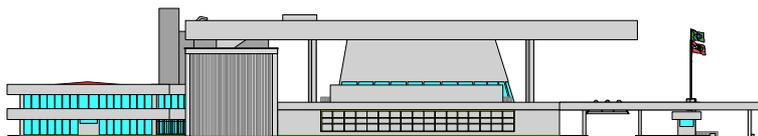


PALÁCIO BARRIGA VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 25 DE NOVEMBRO DE 2010

NÚMERO 6.229

**16ª Legislatura  
4ª Sessão Legislativa  
MESA**

Gelson Merisio  
**PRESIDENTE**

Jorginho Mello  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa  
**1º SECRETÁRIO**

Dagomar Carneiro  
**2º SECRETÁRIO**

Valmir Comin  
**3º SECRETÁRIO**

Ada Faraco De Luca  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Elizeu Mattos

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Antônio Aguiar

**DEMOCRATAS**  
Líder: Cesar Souza Júnior

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Décio Góes

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO  
BRASILEIRO**  
Líder: Professora Odete de Jesus

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

**COMISSÕES PERMANENTES**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA**  
Romildo Titon - Presidente  
Marcos Vieira - Vice-Presidente  
Cesar Souza Júnior  
Antonio Aguiar  
Dirceu Dresch  
Décio Góes  
Joares Ponticelli  
Elizeu Mattos  
Sargento Amauri Soares  
**Terças-feiras, às 9:00 horas**

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E  
DESENVOLVIMENTO URBANO**  
Antônio Carlos Vieira - Presidente  
Décio Góes - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Manoel Mota  
Valdir Cobalchini  
Gilmar Knaesel  
Narcizo Parisotto  
**Terças-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE PESCA E  
AQUICULTURA**  
Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Dado Cherem  
Antônio Carlos Vieira  
Edison Andrino  
Ronaldo Benedet  
Altair Guidi  
**Quartas-feiras, às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E  
POLÍTICA RURAL**  
Rogério Mendonça (Peninha) -  
Presidente  
Flavio Ragagnin - Vice-Presidente  
Onofre Santo Agostini  
Serafim Venzon  
Dirceu Dresch  
Romildo Titon  
Sargento Amauri Soares  
**Quartas-feiras, às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE TRABALHO,  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO**  
Manoel Mota - Presidente  
Joares Ponticelli - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Dado Cherem  
Dirceu Dresch  
Elizeu Mattos  
Altair Guidi  
**Terças-feiras, às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO**  
Marcos Vieira - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Pedro Uczai  
Antônio Carlos Vieira  
Sílvio Dreveck  
Manoel Mota  
Renato Hinnig  
Professora Odete de Jesus  
Gilmar Knaesel  
**Quartas-feiras, às 09:00 horas**

**COMISSÃO DE SEGURANÇA  
PÚBLICA**  
Darci de Matos - Presidente  
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente  
Nilson Gonçalves  
Pedro Uczai  
Kennedy Nunes  
Valdir Cobalchini  
Ronaldo Benedet  
**Quartas-feiras às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE ECONOMIA,  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E  
ENERGIA**  
Serafim Venzon  
Pedro Uczai  
Sílvio Dreveck  
Valdir Cobalchini  
Elizeu Mattos  
Renato Hinnig  
Altair Guidi  
**Quartas-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO  
AMBIENTE**  
Dirceu Dresch - Presidente  
Renato Hinnig - Vice-Presidente  
Marcos Vieira  
Onofre Santo Agostini  
Antônio Carlos Vieira  
Edison Andrino  
Altair Guidi  
**Quartas-feiras, às 13:00 horas**

**COMISSÃO DE SAÚDE**  
Darci de Matos  
Dado Cherem  
Ana Paula Lima  
Kennedy Nunes  
Antônio Aguiar  
Genésio Goulart  
Prof. Odete de Jesus  
**Terças-feiras, às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE DIREITOS E  
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE  
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**  
Ana Paula Lima - Presidente  
Kennedy Nunes - Vice-Presidente  
Ronaldo Benedet  
Valdir Cobalchini  
Onofre Santo Agostini  
Gilmar Knaesel  
Professora Odete de Jesus  
**Quartas-feiras às 10:00 horas**

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E DESPORTO**  
Cesar Souza Júnior  
Serafim Venzon  
Pedro Uczai  
Flávio Ragagnin  
Edison Andrino  
Valdir Cobalchini  
Altair Guidi  
**Quartas-feiras às 08:00 horas**

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO  
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO  
MERCOSUL**  
Renato Hinnig - Presidente  
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente  
Ana Paula Lima  
Flávio Ragagnin  
Elizeu Mattos  
Edison Andrino  
Narcizo Parisotto  
**Terças-Feiras, às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**  
Prof. Odete de Jesus - Presidente  
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente  
Onofre Santo Agostini  
Pe. Pedro Baldissera  
Flávio Ragagnin  
Rogério Mendonça (Peninha)  
Genésio Goulart  
**Quartas-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO  
PARLAMENTAR**  
Jean Kuhlmann  
Serafim Venzon  
Pe. Pedro Baldissera  
Kennedy Nunes  
Joares Ponticelli  
Antônio Aguiar  
Ronaldo Benedet  
Romildo Titon  
Prof. Odete de Jesus

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Walter da Luz Filho</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA</b> <b>ANO XVIII - NÚMERO 2229</b> <b>EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 0103ª Sessão Ordinária realizada em 23/11/2010.....2 Ata da 0104ª Sessão Ordinária realizada em 24/11/2010.....12 Ata da 033ª Sessão Extraordinária realizada em 24/11/2010.....18 Ata da 034ª Sessão Extraordinária realizada em 24/11/2010.....19</p> <p><b>Atos da Mesa</b> Atos da Mesa.....21</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Atas das Comissões Permanentes.....22 Aviso de Licitação.....23 Aviso de Resultado.....23 Decreto Legislativo.....23 Extratos.....23 Ofícios.....24 Portarias.....25 Projetos de Lei.....26</p>
--	--	--

## P L E N Á R I O

# ATA DA 0103ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2010

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Dado Cherem - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Flavio Ragagnin - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Onofre Santo Agostini - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

#### SUMÁRIO

##### Breves Comunicações

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Manifesta-se a respeito da morosidade dos órgãos ambientais na emissão de pareceres.

**DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN** - Rende homenagens ao município de Seara.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (pela ordem) - Registra a presença na Casa de lideranças do município de Campo Eré.

**DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA** - Reporta-se à sessão solene realizada na Casa, na última segunda-feira.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Expõe seu posicionamento a respeito de doações pela Unimed a campanhas eleitorais no estado.

##### Partidos Políticos

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Esclarece declarações do deputado Mauro Mariani.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Kennedy Nunes.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Kennedy Nunes.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (pela ordem) - Registra a presença do advogado Demóstenes, de São Francisco do Sul.

**DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI** - Defende o deputado Mauro Mariani; registra a necessidade de melhorias na Saúde e na Segurança Pública.

**DEPUTADO ROMILDO TITON** - Reporta-se ao município de Campos Novos.

**DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Romildo Titon.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Romildo Titon.

**DEPUTADO VALDIR COBALCHINI** - Defende o deputado Mauro Mariani.

**DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI** (pela ordem) - Registra com pesar a aposentadoria da servidora Jamile Machado.

**DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA** (pela ordem) - Registra com pesar a aposentadoria da servidora Jamile Machado; solicita que as madrinhas da Festa do Morango apresentem-se em plenário.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Enaltece o governo Luiz Henrique/Leonel Pavan; tece considerações a respeito da dupla cidadania.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Comenta a tragédia de 2008 em SC.

##### Explicação Pessoal

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Discorre sobre sua participação no Sustentare 2010, em Portugal.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Manifesta pesar pelo falecimento do soldado Roberto de Souza; registra eventos realizados pela Aprasc.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pela Rádio Alesc

Digital e pela TVAL. Cumprimento os muitos visitantes que estão nesta Casa no dia de hoje. Saúdo de forma muito carinhosa a sra. Mairi Paludo e sua filha Indianara, que vieram da longínqua cidade de Guaraciaba em busca de recursos médicos em Itajaí. O dr. Deodato Carlos é quem a está atendendo e seguramente irá resolver o seu problema, mas hoje ela está aqui acompanhando os trabalhos desta Casa. Saudamos ainda a sra. Luciana, a Viviana, a Karine e todos que visitam o Parlamento de Santa Catarina.

Quero cumprimentar também o ex-governador Luiz Henrique e o governador eleito Raimundo Colombo, que prontamente, em resposta àquela reação de Eike Batista em relação à não-implantação do seu estaleiro em Biguaçu, deslucaram-se para o Rio de Janeiro para ao menos tentar entender por que ele decidiu investir no Rio de Janeiro, mais especificamente na cidade de São João da Barra.

Nós questionamos, na semana passada, o seguinte: afinal de contas, se o estaleiro poluirá aqui, não poluirá lá? Por que nosso estado não pode receber um investimento privado tão importante, que certamente contribuiria para uma arrecadação melhor?

Por outro lado, assim como existe a equipe de articulação entre a Assembleia Legislativa, o governo do estado, cada secretaria, eu imagino que talvez devêssemos criar um serviço de articulação do governo também com os órgãos ambientais, sejam eles estaduais ou federais, como o Ibama, justamente para dar mais agilidade a inúmeros processos de projetos que devem ser implantados e que muitas vezes esbarram na morosidade da análise burocrática e técnica.

Sr. presidente e srs. deputados, até os países desenvolvidos não se podem dar ao luxo de esperar seis, sete meses pela análise dos órgãos ambientais acerca de um projeto. Santa Catarina é um estado diferenciado e está à frente dos demais e precisa, sim, contar com inúmeras iniciativas que permitam o aumento da sua arrecadação. Precisamos articular para dar agilidade à análise de inúmeros projetos, a fim de que possam ser implantados mais rapidamente para criar um grande número de empregos e gerar renda.

Então, temos que destrancar esse gargalo que existe em Santa Catarina e que, eu imagino, deva existir em outros estados. Todos querem o desenvolvimento, mas na hora de fazê-lo acontecer muita gente, tanto aqueles que são responsáveis pelos órgãos ambientais como os chamados "eco-chatos", obstrui a sua consecução.

Por exemplo, no Brasil muito se fala no trem bala, no trem de alta velocidade que está agora para ser implantado entre Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro. Ocorre que o projeto ainda não foi executado. Fala-se que os trilhos passariam por determinada região. Então, já existe o grupo do contra, apesar de o grupo que irá fazer o projeto nem estar pronto.

Todo mundo quer o trem bala, mas não quer que ele passe por perto. Então, infelizmente, temos essa atitude em inúmeros projetos em Santa Catarina. Além da morosidade na análise, ainda se promovem pessoas que se posicionam contrárias à implantação de certos projetos.

Hoje, cada prefeito procura fixar na sua cidade um projeto, uma fábrica, pois com a presença de uma fábrica há produção, geração de impostos e retorno de ICMS. Então, todo prefeito corre atrás de empreendedores para implantar alguma fábrica no seu município, porque sem isso não há arrecadação e não se consegue conter o êxodo.

Não é à toa que muitos municípios de Santa Catarina tiveram diminuída a sua população, porque as pessoas vão embora, correm para lugares onde é prestado um atendimento um pouco melhor. Decorre daí a preocupação dos prefeitos de buscar investimentos, justamente para melhorar o atendimento social.

Temos que fazer uma boa reforma tributária, para que os impostos fiquem onde o produto é comprado e não onde o produto é feito. Com isso poderemos acabar um pouco com essa grande guerra fiscal das prefeituras, dos estados, em buscar investimentos para colocar em suas cidades, no seu estado, na intenção, principalmente, de contar lá na frente com uma boa arrecadação, porque quem arrecada é o empreendedor, o empresário, e depois, a grande maioria, até repassa tudo. Mas se fosse cobrado o imposto no destino, no final, na hora em que o consumidor vai comprar o produto, seria muito mais difícil de sonegar. Talvez fosse mais difícil para controlar a arrecadação, mas hoje, com tanta tecnologia que temos, com a informática, entre outros, dá, sim, para controlar, e muito bem, essa arrecadação, sendo cobrado o imposto no final, no destino, na hora em que o consumidor for comprar. E aí acabaríamos com essa grande guerra fiscal de estados e municípios que buscam investimentos para colocar nas suas cidades, porque nem sempre o município escolhido é o mais adequado, mas a agonia para implantar alguma fábrica e não ficar fora do bolo tributário é grande.

De qualquer maneira precisamos fazer uma revisão, uma reflexão e dar mais agilidade, mais velocidade ao processo e ter mais respeito com aqueles que querem investir, porque são desses investimentos que decorrem as arrecadações do estado, que mantém...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Flavio Ragagnin, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Sr. presidente, srs. deputados, ouvintes da Rádio Alesc Digital e telespectadores da TVAL, queremos falar do prazer de estar aqui novamente, externando a nossa preocupação, especialmente a preocupação da bancada do Partido Progressista, sobre algumas questões.

Trago um assunto, hoje, sobre o qual vamos precisar do auxílio e principalmente da experiência do deputado Antônio Carlos Vieira, o Vieirão.

Mas de qualquer forma quero aproveitar esse momento importante para estender os cumprimentos ao município de Seara, mais especificamente à empresa Seara Marfrig, que é orgulho para nós, porque essa marca está estampada em todo o Brasil e até no exterior como produtos oriundos da nossa pequena e grande Seara. Ontem tivemos a oportunidade de saber, nesta Casa, que a Seara Alimentos está patrocinando o Criciúma Esporte Clube, que foi homenageado na sessão de ontem.

Quero saudar a Seara Alimentos e prestar a minha saudação cordial e afetiva a todos os funcionários, aos mais de três mil funcionários que lá trabalham, a todos que dependem, de uma forma ou de outra, do seu trabalho, da produção daquela empresa e especialmente a quem planta a semente e transforma em carne o produto que lá é industrializado, que é o nosso pequeno agricultor. São 1.400 famílias rurais, 1.400 propriedades rurais, que lá produzem o nosso

suíno, frango, leite, milho e soja. Seara é um município que não dorme, uma vez que trabalha diuturnamente transportando seus produtos.

Rendo a minha homenagem especialmente aos fundadores e, em seus nomes, destaco a participação efetiva do Frigorífico Seara, de Biágio Aurélio Paludo e do ex-deputado, o primeiro deputado de Seara, Artêmio Paludo. Temos um carinho especial por essas pessoas, por esses empreendedores que fizeram com que o município de Seara, ladeado por Chapecó e por Concórdia, duas potências do oeste de Santa Catarina, conseguisse colocar o pescoço para fora como um polo industrial. Completou neste mês 54 anos de atividade a Seara Marfrig e gostaria de comentar as entrevistas de José Mayr Bonassi, diretor-geral da Seara Alimentos Marfrig, sobre a satisfação de ter feito investimentos no município, da alegria de estar lá e que pretende fazer novos investimentos. Isso nos deixa extremamente feliz.

Tenho satisfação em ver o município de Seara em franco desenvolvimento e, por isso, falei, em diversas ocasiões, sobre as rodovias que nos cercam, da necessidade de ampliação, de modernização e do escoamento da nossa produção. Tenho repetido isso, vou deixar aqui novamente a minha solicitação e vou continuar repetindo sempre que necessário para que os órgãos competentes, o governo do estado e o governo federal pensem sempre naquela região do oeste que tanto produz.

Mas principalmente quero aqui deixar um agradecimento especial aos funcionários da Seara Alimentos, àqueles que no dia a dia estão lá trabalhando dignamente, colocando comida, colocando o pão na mesa de seus filhos e de suas famílias. Um trabalho digno, um trabalho elogiável, um trabalho que nos enche de orgulho pelos exemplos dos funcionários da Seara Alimentos Marfrig, que são cidadãos searenses, tantos os natos, os nascidos, como aqueles que vêm, aqueles que adentram ao nosso município de Seara.

Dito isso, gostaria de comentar sobre uma questão indígena que há 16 anos vem preocupando os nossos prefeitos que já saíram e os prefeitos atuais das cidades de Seara, Paiol e Arvoredo. Nós tivemos, há 15 ou 16 anos, se não me falha a memória, uma desapropriação de 900ha de terra para acomodar o Toldo Pinhal. Hoje, com o novo recenseamento, nesses 900ha moram 106 pessoas, ou seja, 106 índios ou descendentes de índios, naquela área, são 24 famílias.

Essas 24 famílias correspondem, dentro desses 900ha, a 34ha por família, quando a média da propriedade rural, do pequeno agricultor de Santa Catarina, é 18ha. Quer dizer, essas famílias ganharam do governo federal, numa área indígena, o dobro do que normalmente um produtor ou um agricultor trabalha na sua região para comprar sua terra. Não estou aqui colocando nenhuma restrição aos direitos indígenas, mas o fato é que estão em litígio mais de 4.000ha, que esse mesmo Toldo Pinhal está reivindicando, no município de Seara, Arvoredo e Paiol, ou seja, mais 4.000ha de área a serem desapropriadas para utilização na questão da área indígena.

Eu penso que os indígenas têm os seus direitos, que devem ser respeitados, mas não acho certo que se usurpe uma propriedade adquirida, paga, comprada há mais de 50, 60 ou 70 anos, para que se faça uma desapropriação transformando essas terras em área indígena, em detrimento do direito de outros. Isso significa o quê? Significa que esse eletivo está atingindo 384 famílias no Alto Uruguai catarinense, que serão desalojadas de suas terras caso isso ocorra. Essa é a minha preocupação. Há necessidade de se fazer

justiça novamente, repito, com a área indígena. Mas precisamos ter respeito com quem adquiriu sua terra, com quem está com a propriedade, com quem tem escritura, com quem é dono. Isso é um direito de propriedade.

Trago essa preocupação muito arrojada, muito grande, uma vez que essa desapropriação de 4.000ha para alojar 384 famílias, vai desalojar em torno de duas mil pessoas no Alto Uruguai catarinense, compreendendo os municípios de Seara, Arvoredo e Paiol. Temos que encontrar um caminho para que não ocorra essa injustiça. E tenho certeza de que o governo, sabiamente, deverá tomar uma decisão. Claro que o governo do estado deverá interferir, analisar o fato, mas o governo federal deverá tomar uma posição.

Então, quero transmitir aqui a minha preocupação e agradecer a oportunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero aqui anunciar a presença do prefeito de Campo Erê, popularmente conhecido como Nego Lima, carinhosamente. Queremos também cumprimentá-lo, parabenizá-lo pela festa dos 30 anos de ocupação da antiga fazenda Morro Branco, na comunidade de Linha 12. Os agricultores entraram na fazenda e hoje estão lá produzindo muito para o município de Campo Erê e para o estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Sr. prefeito, seja bem-vindo a esta Casa.

Com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente e srs. deputados, da mesma forma desejo fazer uma saudação carinhosa ao prefeito de Campo Erê pelo brilhante trabalho que vem fazendo naquele município, onde tem o reconhecimento de inúmeras lideranças e da população.

Gostaria de comentar que a sessão solene realizada ontem à noite, nesta Casa, contou com momentos festivos, importantes, na oportunidade em que foram homenageadas pessoas, entidades, grupos de grande representatividade neste Poder, através dos parlamentares catarinenses.

Quero fazer menção especialmente à homenagem feita ao nosso companheiro Affonso Ghizzo Neto porque, além da sua extraordinária personalidade, está também uma instituição, o Ministério Público, que vem fazendo uma extraordinária campanha não só em nosso estado, mas com repercussão nacional e internacional, contra a corrupção. Não temos dúvida nenhuma de que diante do contexto em que vivenciamos em nível de estado, país e mundo a campanha ganha uma dimensão fortíssima, porque seja nos pequenos ou nos grandes atos manifestam-se as limitações e os equívocos de pessoas públicas ou não, independentemente do posto que ocupe na sociedade.

Por isso fiz questão de homenagear Affonso Ghizzo Neto pela sua postura e coerência no combate a qualquer tipo de corrupção. A bem da verdade, todo e qualquer homem público deveria colocar isso como um princípio básico e fundamental da sua atuação. E por que não todo o cidadão ter esse princípio como aquele que norteia e dá sentido à prática no dia a dia da sua vida e da sua caminhada?!

Mas desde 2004 vem, com muita propriedade, fazendo esse debate e contrapondo-se a inúmeras situações vivenciadas desde os pequenos municípios, até em nível de nações, perpassando estados, outras organizações, outras entidades. Ou até mesmo desde a própria família ou no mundo do trabalho em que a pessoa está inserida.

É preciso que se crie uma nova cultura, e esta, sim, comprometida com a ética, a honestidade e com a própria cidadania. É dentro disso que Afonso Ghizzo Neto tem procurado, à luz das nossas escolas, também desenvolver essa mesma campanha. Já desde o início da caminhada e da vida da pessoa, do ser humano, que ela possa ser revestida desses valores importantes e fundamentais como a honestidade, a ética, a transparência e, ao mesmo tempo também, a criação da cidadania. É preciso que se crie essa cultura desde os primeiros momentos de caminhada e de vida do ser humano.

É importante que toda a campanha que combate a corrupção sustente-se e alimente-se em cima de um tripé de três grandes e fundamentais responsabilidades. A primeira delas é a responsabilidade individual, é a responsabilidade pelos próprios atos que o ser humano, neste ou naquele momento, tem cometido. Portanto, a campanha se sustenta em cima dessa responsabilidade, pelos atos individuais e pelos próprios atos que a pessoa comete.

A segunda responsabilidade importante nesse processo é a responsabilidade coletiva, ou seja, a responsabilidade social que está inteiramente ligada a terceiros, porque todo e qualquer ato de corrupção tem relação com terceiros. E, portanto, nesse processo há essa ligação e essa responsabilidade.

O terceiro e último nível é com relação às gerações futuras. São aqueles e aquelas que virão, e que também estão sendo lesados por qualquer ato de corrupção que a pessoa possa desenvolver na sua caminhada.

Portanto, quero trazer presente aqui essa homenagem justa e sincera que fizemos... (Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar os companheiros desta Casa, os funcionários da TVAL e da Rádio Alecs Digital e o deputado Genésio Goulart, da cidade de Tubarão, que desta vez resolveu descansar e não se candidatou. Mas v.ex.a. vai continuar sempre aqui no seio desta Casa, pelo grande trabalho prestado.

Estive acompanhando, nas últimas duas semanas, uma atividade importante em Brasília, juntamente com o presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, José Eduardo Dutra, os ministros Alexandre Padilha e Altemir Gregolin e uma série de representantes de vários órgãos. Na oportunidade, foram debatidas questões do estado de Santa Catarina. Mas eu irei me reportar sobre isso mais tarde, no horário do partido.

Neste momento em que estou advogando com relação ao que fazemos aqui, quero dizer que tive a oportunidade de receber, hoje, um e-mail a respeito de uma posição do deputado Mauro Mariani colocada em uma entrevista concedida na cidade de Joinville, inclusive fazendo questionamentos à Unimed. Nessa matéria foi citado o meu nome. O

jornalista disse que eu teria um descontentamento com relação à Unimed.

Temos nesta Casa o deputado Serafim Venzon, que é cooperado e é do PSDB, assim como o deputado Dagomar Carneiro.

A observação do deputado Mauro Mariani foi com relação à campanha mais milionária do estado, a do dr. Dalmo Claro de Oliveira, presidente da Unimed do estado de Santa Catarina e da federação. Ele fala em R\$ 5 milhões, mas eu ainda não fui verificar. Agora, por curiosidade, vou até fazê-lo.

Logicamente eu, que sou cooperado e fui fundador da cooperativa da Unimed, sei que ela é uma grande instituição. Eu a tenho como uma das melhores instituições de saúde do país - e todas as pesquisas apontam isso. O questionamento é com relação à autorização do volume de recursos. E digo isso pelo seguinte: eu não sou do PMDB e não sou Democrata. Eu sou do Partido dos Trabalhadores. Na eleição anterior a essa, o candidato das cooperativas da Unimed foi o ex-senador Geraldo Althoff, um Democrata. E na prestação de contas oficial do senador Geraldo Althoff há quase R\$ 700 mil de doação da Unimed.

Logicamente que o senador Geraldo Althoff fez campanha para os seus candidatos, em meu detrimento, pois sou cooperado, do deputado Serafim Venzon e de outros que não receberam um centavo de apoio da Unimed naquele momento. E isso foi autorizado pelas direções das Unimeds de Blumenau, Rio do Sul, Joinville e Criciúma.

Então, diante dessa circunstância em que o meu nome foi citado, primeiro quero dizer que questiono o volume de dinheiro médico tirado para a campanha. Repito: questiono o volume de dinheiro tirado também do meu bolso, como cooperado, para a campanha, direcionado para uma candidatura ao Senado, uma candidatura ao governo e assim por diante.

Talvez o descontentamento do deputado Mauro Mariani deva-se à disputa local. Como ele trouxe isso à tona, quero dizer que corroboro *ipsis verbis* com o que disse o deputado Mauro Mariani, como médico cooperado nesse momento.

Por isso quero dizer a todas as Unimeds sucursais de Santa Catarina que no ano que vem - e não farei este ano, porque não teremos mais tempo hábil - vou levantar isso, e também com relação ao senador Geraldo Althoff, porque a Unimed não pode mais fazer esse papel no estado de Santa Catarina.

Se realmente recebeu R\$ 5 milhões, como diz o deputado Mauro Mariani, saiu mais de R\$ 100,00 por voto. Imaginem o que isso representa! E fez um pouco mais de votos que eu fiz para deputado estadual sem receber um centavo. Eu alertei a Unimed, e inclusive o próprio dr. Dalmo de Oliveira, que não seria justo.

Acho que a Unimed tem que apoiar, sim, aquele que é da sua categoria, mas que tenha uma posição equânime e uniforme. Não pode ter esse papel partidário, que do dia para a noite as direções dizem: "Agora é esse, depois aquele, depois aquele", e toma a posição que adotou.

Então, assim que puder, eu vou levantar todas as prestações de contas e passá-las para o deputado Mauro Mariani - apesar de que ele deve tê-las também - e para quem quiser, porque eu vou cobrar da minha direção que votou em mim. Sou fundador da Unimed do alto vale, que tomou essa posição. Com certeza os médicos de Santa Catarina não sabem disso.

O meu papel, como membro da categoria, vai ser mostrar para o estado, para cada médico cooperado, que a Unimed tem que

participar, ajudando os candidatos que são cooperados, assim como faz a cooperativa agrícola, o segmento empresarial e assim por diante.

Então, estou fazendo este pronunciamento porque li no *site* que foi citado o meu nome. Eu nem iria me pronunciar sobre isso, mas já que colocaram o meu nome, agora deixo publicamente também a minha insatisfação.

Se o deputado Mauro Mariani não é nem cooperado e já colocou a sua posição, eu, que sou cooperado, quero saber quanto é que saiu do meu bolso para ajudar o deputado Mauro Mariani a ser candidato. Eu, no entanto, não recebi um real.

Então, estou fazendo essas colocações dizendo que sou solidário à conversa que o deputado Mauro Mariani teve. Talvez isso seja motivado pela disputa de 2012 lá, onde o PMDB tem dois candidatos. Agora é o deputado Mauro Mariani e o dr. Dalmo Claro de Oliveira, que, inclusive, está sendo cotado para ser secretário da Saúde do estado. Isso estava no jornal, deputado Kennedy Nunes!

Na medida em que se traz uma corporação para definir conceito de saúde no estado, nós vamos ter grandes embates aqui, se realmente isso acontecer, deputada Ana Paula Lima e deputado Volnei Morastoni, que também é cooperado da Unimed e está vindo para esta Casa.

(O deputado Sílvio Dreveck manifesta-se fora do microfone.)

O deputado Sílvio Dreveck está dizendo que também é cooperado. Além de ser cooperado... Ah, se houve também patrocínio da federação das Unimed, que é do seguro? Eu também tenho seguro na Federação das Unimed, além daquele cidadão que contribui, que paga a Unimed. Porque aí eu também pago como cliente da Unimed. Então, na realidade, estamos nas três pontas.

Não dá mais para fazer esse papel de, em cada eleição, a direção definir um candidato. Uma foi do PFL, agora é do PMDB.

Mas eu faço essa observação não por isso. A Unimed é uma grande instituição, uma grande cooperativa de gente que resolve saúde neste estado e neste país!

Eu, como deputado, vou lá visitar, sim, Joinville, num dia em que estiver em reunião toda a sua direção, porque vou pedir isso por escrito à direção. Como cooperado, eu posso fazê-lo. Já li os regimentos.

Então, faço esse pronunciamento dizendo que sou solidário, sim, ao pronunciamento do deputado Mauro Mariani, que foi o mais votado do estado, do PMDB, uma grande figura. Acho que o PMDB está bem representado no Congresso Nacional, pela figura do deputado Mauro Mariani, que apoiou Lula em todos os momentos. Na campanha do segundo turno meio que amoleceu um pouco a trégua - e temos que dizer a verdade -, mas depois retomou um pouco o caminho.

Com relação à campanha de Dilma Rousseff, devemos dizer que nós, do PT, temos que ter claro que, no primeiro turno, grande parte do PMDB pegou; no segundo turno, com o enquadramento promovido por Luiz Henrique, mais da metade esmoreceu. Aí, quando estava definido o cenário, todos começaram a voltar para o navio, essa é a verdade! No primeiro turno, um contingente estava com o PP; no segundo turno foi uma debandada geral para o lado de lá e ficaram poucos.

Então, temos que ter isso muito claro, porque vai haver indicações para o estado, de cargos federais. Esperamos que aqueles que abandonaram o navio não venham agora querer apontar, em nível federal, quem indicar. Que indiquem aqui no estado, que há cargo sobrando...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima. Vou fazer uma brincadeira com v.exa.: não fui do primeiro nem do segundo.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, senhores e senhoras que nos estão acompanhando pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, catarinenses que estão aqui nos acompanhando, em nome do Partido Progressista, quero falar a respeito de uma nota que saiu no jornal *A Notícia*, na coluna Canal Aberto em que está interina Rosane Felthaus, uma colega minha de faculdade que está cobrindo as férias de Prisco Paraíso. Mas nela foi colocada também uma frase do deputado que foi há pouco mencionado, o deputado Mauro Mariani, e não relacionada a essa questão da Unimed. Diz a nota:

(Passa a ler.)

“‘Arenão’

Em entrevista ao radialista Toninho Neves, de Joinville, Mauro Mariani (PMDB) disse que acredita na possibilidade da reedição do ‘Arenão’ em Santa Catarina, uma vez que hoje ocorre a reaproximação entre o DEM e o PP. O gesto estaria sendo estimulado por Raimundo Colombo. Para quem não lembra: o ‘Arenão’ foi criado para dar sustentação à ditadura militar.”[sic]

Em nome do partido, quero deixar claro que não existe oficialmente nada designado com relação a essa aproximação ou não. Por outro lado, deputado Sílvio Dreveck, nós, do PP, estamos junto com o DEM em vários municípios, assim como estamos com o PT em outros, assim como estamos juntos até com o PMDB, deputado Antônio Aguiar, em vários municípios. Ou seja, vai da realidade local. Em alguns casos, nós, do partido, temos como maior adversário o DEM em algumas cidades; em outros casos, temos como maior adversário o PMDB ou o próprio PT e assim por diante. A prioridade do nosso partido é dar liberdade para aquilo que possa, ou não, o seu filiado estar querendo fazer.

Entendo perfeitamente as razões, deputado Sílvio Dreveck, de o deputado Mauro Mariani falar isso, e são duas, ao que me parece. Em primeiro lugar, porque ele deve estar apavorado com algumas licitações que estão sendo canceladas, em função de o atual governo ver alguma coisa suspensa no ar. Em segundo, o deputado Mauro Mariani deve estar tendo alguma resistência para deixar no novo governo a sua estrutura do Deinfra. Em terceiro, com relação à aproximação do DEM e do PP, como ele diz aqui, a questão do Arenão, imagino que o deputado Mauro Mariani seja o ventríloquo de alguém. Ele não pode falar, porque todas as palavras faladas têm um objetivo, têm um destinatário e têm um remetente.

Então, na minha avaliação, por se tratar de Joinville, o deputado Mauro Mariani deve estar preocupado por conta do senador eleito Luiz Henrique da Silveira ver que o seu pupilo não está conseguindo grudar o seu nome nas urnas, porque apesar de toda a estrutura, ele, de novo, não emplacou nas urnas. E o joinvilense sabe muito bem, deputado Antônio Aguiar, quem é e quem não é. Ele tem um filtro muito grande.

Quando ele fala da aproximação do DEM e do PP, na fala do Arenão, é só para dar

o gancho da lembrança da ditadura, mas esquece o deputado Mauro Mariani que não temos nem no DEM nem no PP alguém que tenha sido funcionário do Dops, como o senador eleito e ex-governador Luiz Henrique da Silveira. Não temos ninguém do Dops! Quando se fala em ditadura, vem à lembrança um catarinense que trabalhou no Dops, vem à lembrança Luiz Henrique.

Então, talvez a preocupação do deputado Mauro Mariani seja essa. Tenha certeza de uma coisa, deputado Joares Ponticelli, quando algo é bom para a sociedade, sempre há alguém que tira uma lasquinha ou querendo levar por fora sozinho.

Por isso, entendo perfeitamente a posição do deputado Mauro Mariani. A preocupação dele com relação à aproximação do Democratas com o PP, por conta da formação do Arenão, não seria outra coisa, deputado Joares Ponticelli? Não seria algum medo, alguma forma de pressão? Ou ele é ventríloquo de alguém e está percebendo que o senador Raimundo Colombo pode botar as suas marcas, colocar a regra do jogo aqui e no governo? E daí estaria tirando, porventura, o benefício ou o reduto de alguém.

A posição do Partido Progressista é muito clara em relação a isso. Ninguém de nenhum outro partido vai ditar as regras do que nós devemos fazer. Somos adultos, corajosos e somos firmes naquilo que defendemos: liberdade acima de tudo. E não vamos deixar que ninguém seja ventríloquo de ninguém, que boca alugada de alguém venha querer dizer o que nós devemos fazer.

Ditadura foi o que esta Casa viu nos oito anos quase do governo Luiz Henrique. Uma frase ficou gravada nos anais desta Casa, quando a bancada governista gozava porque o trator passava, e eu disse do microfone em que está o deputado Joares Ponticelli: “Prefiro as marcas da esteira do trator nas costas do que a marca da bota do governador no pescoço.”

Então, já estamos dando a resposta em virtude dessa nota publicada pelo deputado Mauro Mariani.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Ouço o deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Kennedy Nunes, muito rapidamente quero cumprimentar v.exa. pelo assunto e dizer que eu acho que na verdade o Mauro Mariani está colocando esse assunto em pauta para desviar o foco daquilo que o governador Leonel Pavan disse outro dia, que vai ter que anular uma pilha de convênios falsos sem fundos, cheques sem fundos, que o Mauro Mariani passou antes da campanha. O que há de convênio referente a asfaltamento sem orçamento e sem financeiro é uma farra. Trata-se da farra dos convênios falsos.

Mauro Mariani espalhou convênios sem prever as consequências, cheques sem fundos pelo estado afora. Talvez isso explique tamanha votação. E agora Leonel Pavan, responsável que é, vai ter que anular tudo, porque senão os cheques sem fundos serão descontados.

Em segundo lugar, isso também pode ser boca alugada daquele que veio aqui dizer que o PMDB exigia a Presidência da Casa. E aí, como não ganhou a Presidência da Casa e agora está querendo criar confusão. Pode ser boca alugada daquele que veio aqui num dia dizendo que queria a Presidência, e depois nós antecipamos o voto para o deputado Gelson Merisio. Talvez não tenha assimilado isso ainda.

O Sr. Deputado Sílvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Obrigado, deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Gostaria de cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz e de rapidamente dizer que o deputado Mauro Mariani, depois que deixou o planalto norte, foi a Joinville e andou tomando algumas decisões um tanto estranhas. Eu não sei se ele mais uma vez não quer ir a Brasília, quer permanecer no estado. Penso que ele se esqueceu das atividades principais no planalto norte, da Rodovia dos Móveis, da SC-422, dentre outras. Eu acho que ele está entrando na seara do partido e esquecendo os seus compromissos e responsabilidades.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado!

Sr. presidente, só quero ainda citar uma máxima que meu pai me ensinou. Ele sempre dizia que o inteligente sempre procura briga com alguém maior do que ele, pois se perder todo mundo vai dizer que perdeu porque era menor. Se empatar, ele já vai ganhar, porque empatou com o grande, e se ganhar sai por cima de todos.

Muito obrigado, deputado Mauro Mariani, por nos escolher para uma boa briga.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Onofre Santo Agostini, por até sete minutos.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, com a compreensão do deputado Onofre Santo Agostini, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria de saudar o advogado Demóstenes, de São Francisco do Sul, que se faz presente neste Casa.

Agradecemos a sua presença e gostaríamos de dizer que esta Casa está de portas abertas para recebê-lo.

Muito obrigado, Demóstenes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Feito o registro do deputado Antônio Aguiar, concedo a palavra ao sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sras. deputadas, sr. presidente e srs. deputados.

V.Exa., sr. presidente, provocou-me para que eu assomassem à tribuna e tendo em vista que sou o único democrata presente neste momento, farei isso com muito prazer.

Primeiramente, registro a presença dos meus colegas cartorários nesta sessão e que já estiveram no gabinete tentando evitar a injustiça que está sendo cometida com eles. Muitos dos cartorários com mais de 30 anos de serviço perderam o cargo, por uma interpretação, deputado Vieirão, no nosso entender e no deles, equivocada, do Supremo.

Como decisão da Justiça não se discute, cumpre-se, os cartorários, humildemente, estão procurando os seus direitos e, se Deus quiser, ainda vamos conquistá-los. Por isso faço o registro, com muito prazer, da presença dos cartorários nesta Casa, que já estiveram no meu gabinete.

Nós escutamos aqui alguns pronunciamentos para que volte ou não o Arenão. Eu acredito que o deputado Kennedy Nunes colocou muito bem: cada um deve cuidar do seu partido, entender o seu partido e não meter a colher no partido dos outros.

Eu acho que temos inteligência suficiente para saber quando o nosso partido está certo e quando o nosso partido comete equívocos. Por isso o deputado Kennedy Nunes foi muito feliz no seu pronunciamento. Inclusive, não acredito que o deputado Mauro Mariani tenha dado essa informação que o jornal publicou.

Não estou dizendo que o jornal publique atos que não sejam verdadeiros, mas às vezes acontece um equívoco na interpretação do jornalista, e publicam uma matéria que não corresponde à intenção do deputado Mauro Mariani, que eu tenho como uma pessoa correta, séria, que não teria, sem dúvida nenhuma, dito aquilo, que com muita justiça o deputado Kennedy Nunes levantou aqui no plenário. Mas como eu acredito no deputado Mauro Mariani, salvo provem o contrário, nós temos certeza de que foi equívoco ou informação mal colocada no jornal.

Vou repetir: tem razão o deputado Kennedy Nunes, porque ainda vai chegar a hora em que cada partido vai cuidar de si. É preciso cuidar de si e parar de se meter e de achar defeitos nos outros. Temos que cuidar do nosso partido e não só acusar os outros e dizer que os outros estão errados.

Como diz aquela passagem bíblica, deputada Ada De Luca, que v.exa. conhece bem, assim como a deputada Professora Odete de Jesus e o deputado Kennedy Nunes: primeiro tire o cisco do seu olho, pois você não está enxergando bem, só está vendo defeito nos outros e não está olhando o seu próprio.

Por isso, eu tenho certeza absoluta de que vai chegar a hora em que vamos ter que tirar o cisco do olho, deputado Valdir Cobalchini, para que possamos ver que temos, quem sabe, muito mais defeitos do que os outros, do que o nosso irmão, sem dúvida nenhuma.

Agora, é claro que nós, Democratas, ficaríamos muito honrados de poder ter o apoio e novamente a união com o PP. Claro que interessa, sim, o apoio de todos os outros partidos, porque ideologicamente nós não temos conflitos nem com o PP nem com o PMDB. Nós não temos conflito, ideologicamente. Nós temos um ou outro conflito, o que também não é muito importante, com o PP, alguns conflitos ideológicos, mas reconhecemos, deputado Padre Pedro Baldissera, que o PT, nas colocações, em muitas coisas tem razão.

Por isso, o conflito ideológico é muito relativo, srs. deputados. Eu acho, como diz o caboclo da minha terra, que se passar na peneira ficam poucos, deputado Joares Ponticelli.

Portanto, podem ter certeza de que o PT é bem-vindo, assim como o PMDB, o PSDB. Enfim, todos os partidos são bem-vindos, porque os democratas estão de coração e braços abertos para recebê-los nesse futuro governo, que haverá, sem dúvida nenhuma, deputado Joares Ponticelli, de revolucionar. E nós esperamos isso, porque acreditamos na política divulgada, publicada, do próximo governador Raimundo Colombo, que haverá de fazer um grande governo para o bem não só de Santa Catarina, mas de modo muito especial do povo catarinense.

Nós temos essa visão. Às vezes queremos proteger muito o estado e não protegemos o cidadão, mas a filosofia e o programa do governo Raimundo Colombo é cuidar do cidadão. Vamos tentar tratar bem o cidadão, porque hoje nós estamos enfrentando problemas terríveis não só em Santa Catarina como também no Brasil, em dois pontos: violência e saúde.

Srs. deputados, se forem aos hospitais de Florianópolis, v.exas. verão que é de apavorar o que está acontecendo. E não é só em Florianópolis, mas em todo estado e no Brasil. Pelo que vemos no noticiário, a saúde está uma coisa de louco. Eu não sei aonde vamos chegar.

E a violência? Srs. deputados, a coisa está russa. Está feia, deputado Vieirão! Olha a violência! Vocês assistiram ao jornal *Bom Dia*, hoje? Deputado, v.exa. deve ver, provavelmente à noite deve repetir. Mais carros foram incendiados, mais pessoas sacrificadas, e a coisa continua assim.

Portanto, nós precisamos tomar providências quanto à violência e à saúde no Brasil, em Santa Catarina e em todos os lugares.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, as minhas poucas palavras levarão em outra direção, não vou falar de coisas ruins, fazer críticas, mas sim de coisas boas. Essa tem sido, deputado Kennedy Nunes, a nossa grande missão do meio-oeste, principalmente da microrregião do planalto sul, em Campos Novos, ou seja, espalhar alegria e trazer boas novidades. Aliás, Campos Novos tem dado muita alegria ao seu povo pelo desenvolvimento crescente da região, pela forma com que as pessoas vêm investindo e acreditando naquela terra.

Campos Novos viveu nos últimos dias, deputado Moacir Sopelsa, um momento de grandes festas. A Coopercampo, uma das cooperativas mais respeitadas do Brasil e pioneira na região, completou 40 anos de existência, de fundação. Tivemos ao longo de 15 dias festividades importantes de comemoração, de homenagem e reconhecimento àqueles que fizeram essa belíssima história de 40 anos, acreditando, investindo no cooperativismo e colhendo os resultados. E tivemos a oportunidade de assistir à colocação feita pelo presidente atual e por vários presidentes que passaram por aquela entidade.

O desenvolvimento da Coopercampo no decorrer de todos esses anos fortaleceu o pequeno e médio agricultor e oportunizou que o município passasse a ser considerado celeiro do estado de Santa Catarina, deputado Padre Pedro Baldissera. Esse desenvolvimento se deve à produção e às novas tecnologias que avançam a cada dia que passa, e não só na Coopercampos, mas nas outras cooperativas que lá estão instaladas também.

Acredito que Campos Novos é um dos municípios que têm a maior concentração de cooperativas e a maior capacidade de armazenamento do estado de Santa Catarina. E as cooperativas fizeram com que o desenvolvimento nas novas tecnologias oportunizasse ao agricultor buscar um preço um pouco melhor, diminuindo o custo da produção pela compra em quantidade. A Coopercampos foi-se espalhando pelo estado afora e hoje é uma das cooperativas que têm muitas filiais. Hoje está investindo em outros ramos, como na área de supermercados, de transportes. E agora faz um investimento que será mais uma vez a redenção de Campos Novos, que é a instalação de um frigorífico que vai abater suínos. Trata-se de um investimento no valor bastante expressivo de R\$140 milhões, em uma área de 33 mil m<sup>2</sup>, e vai ter a capacidade de abater sete mil suínos por dia.

A Coopercampos fechou recentemente um acordo com a Perdigão. Hoje não é mais Perdigão, mas para nós ainda é, e para o deputado Moacir Sopelsa é a Sadia. Com esse acordo vão trabalhar conjuntamente

a Coopercampos e a Perdígão. Isso oportunizou subir de três mil abates por dia para sete mil. Isso vai dar, deputado Joares Ponticelli, uma oportunidade muito grande a Campos Novos de viver mais um momento de grande expectativa.

Tivemos vários momentos de dificuldades quando passou o ciclo da madeira, deputado Onofre Santo Agostini, como ocorreu em Curitiba também. Depois veio o fortalecimento da agricultura, o momento em que se instalou lá uma usina com uma capacidade bastante grande, uma das maiores do mundo em altura e que deu uma nova redenção ao município de Campos Novos.

Os investimentos começaram a se expandir, as oportunidades de negócios começaram a aparecer cada vez mais, com as pessoas acreditando na região, e o desenvolvimento veio. Agora, sem dúvida nenhuma, esse novo frigorífico vai ser mais uma oportunidade de crescimento. Hoje os preços dos terrenos, dos imóveis, dobraram, e essa é a oportunidade de as pessoas conseguirem emprego. Mas sabemos que também vêm os problemas sociais.

Trago aqui o nosso reconhecimento a Coopercampos e a todos aqueles que a administraram - pois nem sempre é a diretoria que faz sucesso -, mas principalmente aqueles que acreditaram e continuaram depositando seus produtos nessa cooperativa e fizeram com que se tornasse uma das maiores de Santa Catarina e talvez do Brasil, em estrutura, firmeza, com dados financeiros positivos e sempre acreditando na região, em favor dos agricultores.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Nobre deputado, cumprimento v.exa. Também comungo da alegria do ilustre parlamentar pelo desenvolvimento do seu município e região.

É claro que tudo que v.exa. aqui colocou conhecemos bem. Mas existe uma coisa muito importante que é a qualidade do povo de Campos Novos. Ele não chorou pelo leite derramado com o que a região viveu e foi para a luta. O sucesso de Campos Novos e da região naturalmente é o potencial da sua gente, além da fertilidade do solo, da competência dos agricultores.

Cumprimento v.exa. e pode ter certeza de que Santa Catarina ganha muito com o desenvolvimento da sua região.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Caro colega, desejo cumprimentá-lo. Muito do que está acontecendo na sua região deve-se à sua presença e ao seu trabalho incansável. É por isso que a cada eleição v.exa. renova o seu mandato sempre com mais vigor e é uma liderança forte da região. Conheço aquela área e sei do respeito que v.exa. tem até pelos adversários. Por isso não tenho dúvida de que o momento bom que vive a sua cidade deve-se muito à sua presença firme, ética, dedicada e determinada.

Tenho um prazer muito grande em conviver há 12 anos com v.exa. nesta Casa. Aprendi a respeitá-lo, porque é um homem de bem, trabalhador e muito dedicado à sua região. Cumprimento-o por esse grande momento que vive Campos Novos e região.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Nobre deputado, agradeço o seu aparte.

Pode ter certeza de que o fruto colhido na região é um trabalho de equipe, em que procuramos juntar forças de todas as lide-

ranças para conquistar o nosso espaço, e isso tem dado certo nos últimos tempos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário destinado ao PMDB, com a palavra o deputado Valdir Cobalchini.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente e srs. deputados, ouvi as participações finais dos colegas Kennedy Nunes, Sílvio Drevek e Joares Ponticelli, de forma que posso estar aqui me equivocando. Não sei se estão antecipando 2012 ou 2014, talvez tenha muito disso. Nem começamos ainda 2011, sequer começamos, o governo foi eleito há um mês, pouco mais de um mês e meio, mas vejo que estão antecipando muito o calendário. Tem muita água ainda para passar por debaixo dessa ponte, deputado Kennedy Nunes.

Caro colega, não quero acreditar, mesmo porque tenho um apreço pessoal pelo deputado Joares Ponticelli, que o deputado Mauro Mariani tenha emitido algum cheque frio ou algum convênio que não tenha sido publicado, ou que não esteja no Orçamento e não tenha o prévio empenho. Eu não quero acreditar nisso. E se tiver, eu gostaria que fosse declinado qual é o convênio, para qual município, qual valor, mas não consigo acreditar. Até porque o deputado Mauro Mariani foi reeleito agora como o deputado federal mais votado, com 186 mil votos. E se fosse verdade que ele tenha emitido tantos cheques frios, certamente que isso teria se espalhado pelo estado. Mas ele não apenas repetiu a sua votação como ampliou o número de votos. Parece-me que há uma preocupação demasiada em relação ao futuro, e o resto é bobagem.

Na esteira das boas notícias em relação ao meio-oeste, trazidas pelo deputado Romildo Titon, que falou sobre Campos Novos, eu que a partir do ano passado comecei a conviver nesta Casa buscando até lhe dar uma mão, uma ajuda, auxiliar nas questões lá do oeste, constatei há pouco que na agenda, muito embora claro que nos não suplantamos, v.exa. continua campeão de votos na região de Videira, mas nós buscamos também o nosso espaço. E o meu perfil é parecido com o seu, eis que nós fazemos uma política muito mais de resultados. E é isso que procuramos.

A agenda do governador Leonel Pavan reserva para sábado três ventos muito importantes, deputado Dado Cherem e deputado Onofre Santo Agostini que é da região. O governador reserva três eventos importantes: o primeiro será a entrega da ordem de serviço da construção do contorno sul, do município de Videira. Uma obra que tem um valor de R\$ 15 milhões, que vai desafogar o trânsito do centro da cidade que tem um perfil, uma topografia muito acidentada. E até por ser sede da Perdígão, centenas de caminhões passam pelo meio da cidade todos os dias, o que tem causado um transtorno muito grande a Videira.

Então, sem dúvida alguma, é um alento muito importante essa obra para Videira que tem um perfil não só de Videira, mas um perfil regional, porque vai atender a todos os municípios daquela região.

Na mesma data também será entregue outra importante ordem de serviço, que é a pavimentação, deputado Moacir Sopelsa, de Salto Veloso a Hercílioópolis, uma ligação com a SC-153, que vai fazer com que toda a região se desenvolva, Salto Veloso/Rio Trinta/Iomerê/Videira, enfim, toda a nossa região. Essa obra também é aguardada há

muitos anos. E, vencido o processo licitatório agora, o governador estará no sábado para entregar e iniciar essa importante obra.

Também será feito o lançamento do edital de licitação de uma ligação não menos importante, de Iomerê a Treze Tilias, passando pelo distrito de Bom Sucesso, no interior de Iomerê. Tem outro perfil, um perfil econômico importante, que é uma estrada que eu poderia dizer que atende ao pequeno agricultor, mas que também privilegia o turismo, já que Treze Tilias é uma das referências em todo o nosso estado.

Quero ainda aqui, embora o meu tempo esteja terminando, dizer da herança importante que o governador Raimundo Colombo irá receber a partir de 1º de janeiro, que é o programa Microbacias - 189 milhões de dólares; o BID V, com 50 milhões, cujas obras já estão em andamento; o BID VI, com mais 300 milhões de dólares, cujo contrato deve estar prestes a ser assinado; mais outro BID na área da Segurança Pública, de 130 milhões de dólares. E o crescimento da nossa arrecadação está previsto, para 2011, para mais R\$ 4,5 bilhões.

Então, penso que a herança que o governador Raimundo Colombo recebe deste governo lhe dará tranquilidade para que passe os quatro anos realizando obras em todo o nosso estado.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - a palavra, pela ordem, o deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, já foi divulgada uma notícia boa, mas eu vou divulgar uma notícia triste. A nossa querida amiga Jamile requereu ontem a sua aposentadoria. É uma pena, a Jamile é a nossa mãezona, é a jornalista, a diretora de imprensa que fez conosco uma amizade muito grande.

Então, nem todas as notícias são boas, pois vamos sentir a falta da nossa querida Jamile. Ela me disse que ontem requereu a sua aposentadoria, e eu respondi que ficava muito triste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Onofre Santo Agostini, a dona Jamile foi a primeira pessoa da imprensa que eu conheci há 12 anos, quando entrei aqui.

O deputado Onofre Santo Agostini acertou quando disse que ela é a nossa mãezona. A todos os que vieram para cá, marinheiros de primeira viagem, ela ajudou a ensinar o caminho.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, eu, deputado Antônio Carlos Vieira, e a bancada do PP também queremos demonstrar a nossa admiração pela nossa jornalista Jamile que por tanto tempo prestou serviço nesta Casa. A sua ausência vai ser, sim, uma perda para este plenário, para esta Assembleia, mas o tempo que ela trabalhou nesta Casa vai lhe dar condições agora de descansar junto aos seus. E tenho certeza de que lá ela será tão feliz quanto foi aqui e como nos deixou.

Sr. presidente, eu me permitiria fazer uma solicitação a v.exa. Estamos com as madrinhas da 19ª Festa do Morango, que vai ser realizada em Rancho Queimado. E as madrinhas e o representante estão aqui, no

lado de fora, solicitando permissão para que possam fazer o convite aos srs. deputados e aos srs. respectadores.

Recordo que durante muitos anos foi praxe o convite para a Festa do Morango ser feito através deste plenário e através desta Casa. Por isso, peço permissão a v. exa. para que elas possam adentrar ao plenário e fazer o convite dessa festa, que será brilhante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Antônio Carlos Vieira.

Consulto os srs. líderes, pois ainda temos, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o tempo do PSDB e do PT. Poderíamos, depois do horário desses partidos, suspender a sessão por cinco minutos para a apresentação da rainha da Festa do Morango.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente e srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela Rádio Aleesc Digital e pela TVAL.

Quero, inicialmente, cumprimentar o governador Leonel Pavan. Ele que assumiu o governo seis meses antes da eleição está conduzindo muito bem este governo.

No ano passado, quando no governo do Luiz Henrique, a arrecadação ano a ano vinha crescendo. E no ano passado o estado arrecadou R\$ 11,5 bilhões, aproximadamente. Este ano de 2010 deve concluir com uma arrecadação perto de R\$ 13 bilhões. Ou seja, apesar de ter sido um ano de eleição, o governo de Santa Catarina não baixou a sua atenção, a sua dedicação, o reconhecimento nos investimentos que precisava fazer, e os fez. Não baixou o entusiasmo dos nossos empresários, e a nossa arrecadação aumentou praticamente mais de 10%, considerando o movimento do ano passado. Isso sem dúvida nenhuma se deve ao trabalho de todos os catarinenses, à coragem dos nossos empreendedores, mas também se deve à capacidade de organização, de entusiasmar, de estimular dos nossos governantes.

Esta Casa Legislativa muitos projetos aprovou, muitas iniciativas, do ex-governador Luiz Henrique como do governador Leonel Pavan. E mesmo sendo este um ano eleitoral, continuamos aumentando, continuamos tendo um crescimento acima de 10%. É essa a previsão, até o final do ano, justamente porque o governo não baixou a sua atenção ao povo catarinense, mesmo sendo um ano eleitoral.

Nossos cumprimentos ao governador Leonel Pavan que inclusive vai fazer o pagamento do 13º adiantado para mais de 130 mil funcionários públicos estaduais, coisa que vai significar a injeção prematura, digamos assim, de mais de R\$ 1 bilhão no mercado, no comércio catarinense, sem dúvida nenhuma. E parabéns para toda a economia de Santa Catarina.

Eu ouvia, nesta semana, uma notícia com relação aos italianos, que 63% dos catarinenses têm a origem ou parte da origem italiana. E, certamente, sejam os alemães ou os ucranianos, cada um de nós carrega o orgulho da sua origem. Agora eu vejo de certa maneira um erro quando uma autoridade ganha o título de cidadão ou de dupla cidadania de outro país.

Eu fui deputado federal durante dez anos e encaminhei inúmeros processos de pessoas que nos pediram a dupla cidadania. Quem tem a dupla cidadania, digamos, na questão dos italianos, pode circular por todos os países europeus, inclusive pode ir para os Estados Unidos com pouca restrição. Coisa que

se for brasileiro vai ter inúmeras restrições para entrar nos Estados Unidos ou para entrar ou permanecer por mais tempo em qualquer país europeu.

Isso significa que, se o deputado Serafim Venzon tiver dupla cidadania, ele poderá circular por todos os países europeus, inclusive pelos países norteamericanos. Agora, se for só o Venzon e não tiver a cidadania italiana, não pode.

No meu entendimento isso significa renegar a nacionalidade, envergonhar-se de ser brasileiro. Por isso, apesar de, para muitas pessoas, não haver problemas em tirar a dupla nacionalidade, nunca requeri a cidadania italiana porque acho que isso não é um título e não iria mudar o que teria que mudar, mas acho importante a consideração e o respeito que tantos países europeus e norte-americanos têm com o Brasil, o que ajuda muito, evidentemente. Mas a dupla cidadania não deveria ser vista como um título, principalmente quando é concedida a uma autoridade.

De certa maneira estamos relegando todos os demais, ou seja, dizendo que, como italiano, podemos circular em qualquer lugar do mundo, em qualquer lugar da Europa ou da América do Norte, mas como brasileiro não. Por isso não requeri.

Na semana passada, estive aqui o embaixador italiano, e gostaria de ter dito a ele que nós, brasileiros, e eu como italiano, de descendência por parte de pai e mãe, orgulho-me da Itália, como tantos italianos se orgulham, mas não reneo o Brasil, por isso que não requeri a dupla cidadania. Entendo como uma desconsideração, quando um brasileiro requer a dupla cidadania, principalmente se for uma autoridade.

Por último quero cumprimentar o Movimento Brasil Eficiente que se preocupa com a qualidade dos serviços públicos. Nós pagamos praticamente 40% de tudo que produzimos, mas o resultado, em forma de serviços, nem sempre vem. Sei que existe uma dificuldade grande para medir a eficiência ou estimular a qualidade do professor, mas como é que iremos fazer para lhe estimular, se não conseguimos remunerá-lo melhor, diferenciar o bom professor dos outros? Podemos começar pelo conceito do que é ser um bom professor e como vamos estimulá-lo mais, deputado Dado Cherm, o serviço de Saúde, se nós não conseguimos pagar mais para quem trabalha mais e não conseguimos pagar um pouco menos para quem faz menos.

Então, certamente, o Movimento Brasil Eficiente vai-nos ajudar a encontrar a melhor maneira de gratificar o bom profissional e descobrir como poderemos adequar a legislação para dar mais resolutividade ao serviço público. Como poderemos fazer para que o professor se aperfeiçoe mais e ganhe melhor; para que o médico, do serviço público, trabalhe com mais atenção, com mais afinco, com mais dedicação sendo melhor remunerado, mais estimulado, e dessa forma faça bem o seu papel. Isso se aplica também ao policial, por exemplo. Enfim, certamente, desse Movimento Brasil Eficiente deve nascer muitas ideias boas de como poderemos fazer para adequar a legislação e valorizar mais aqueles que fazem melhor.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado deputado Serafim Venzon.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até nove minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente, sra. deputada Professora Odete de Jesus, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e que nos ouvem pela Rádio Aleesc Digital. Quero lamentar o pedido de aposentadoria da nossa querida Jamile, do setor de Imprensa. Ela é uma unanimidade entre os diversos partidos que compõem esta Casa e sempre atendeu muito bem a todos os parlamentares, ao público que aqui se dirige e aos meios de comunicação. É uma pessoa que acredito ser imprescindível na comunicação desta Assembleia Legislativa, mas outros caminhos deverão fazer parte da vida de Jamile.

Hoje também, srs. parlamentares, sra. deputada, dia 23 de novembro, é um marco de reflexão, deputada Professora Odete de Jesus, para todos nós, porque há dois anos, nesta mesma data, aconteceu uma das maiores tragédias no estado de Santa Catarina. Dezenas de pessoas perderam suas vidas e milhares delas ficaram desabrigadas. Digo isso porque a região mais afetada, a mais castigada, foi a região do vale do Itajaí, e as cicatrizes ainda permanecem, não obstante a realização das obras de reconstrução patrocinadas pelo governo federal. Aliás, srs. deputados, o governo federal foi o que mais investiu, o maior volume de recursos foram patrocinados pelo governo federal, através da Medida Provisória 448, datada de 2008, logo após a tragédia, numa atitude rápida e eficiente do presidente Lula, quando milhões de reais foram destinados à reconstrução do nosso estado.

Além dos recursos do governo federal, o dinheiro das doações, oriundos da solidariedade de todos os brasileiros, de todos os catarinenses, de todas as pessoas, homens e mulheres que fizeram depósitos na conta aberta pela Defesa Civil estadual, foi imprescindível primeiramente para socorrer com rapidez cada família desabrigada, para as quais foi destinado um percentual; depois, o restante do dinheiro - porque houve sobra desse recurso - foi destinado à compra dos terrenos, onde puderam ser construídas moradias aos desabrigados. Coube ao estado de Santa Catarina e aos municípios fazer a lição de casa. Quem apresentou o projeto corretamente, ou seja, conforme solicitado, houve a liberação dos recursos com a maior agilidade possível. E eu também quero enfatizar, sra. deputada e srs. parlamentares, o trabalho incansável das Forças Armadas e da Defesa Civil, que por vezes não tinham aparatos necessários, mas mesmo assim cumpriram sua missão institucional.

Lembro-me de que no ano de 2008 esta Casa também, o deputado Onofre Santo Agostini, os parlamentares, o presidente Julio Garcia, destinou recursos aos desabrigados, porque a nossa Defesa Civil, em nível estadual, não possuía geradores de energia nem barcos para socorrer os desabrigados, e nós, através da Assembleia Legislativa, fizemos essa compra, que foi doada à Defesa Civil do estado. Também falo da Caixa Econômica Federal, com a liberação do Fundo de Garantia, FGTS, proporcionando a várias famílias reconstruírem suas vidas, um recurso interessante para movimentar o capital, o comércio local.

Em novembro de 2008 todas essas instituições conseguiram superar suas próprias forças, pois o sentimento de amor, solidariedade e compaixão tornou essa missão de resgate uma das mais memoráveis da nossa história. Porém, senhores, as marcas da tragédia ainda persistem principalmente na questão habitacional, na falta de moradia para as famílias que perderam tudo. Essa situação é a mais vergonhosa, porque depois de dois anos

ainda temos famílias em abrigos. E nesse aspecto cito o meu município, Blumenau, onde resido e lamentavelmente onde há centenas de pessoas que ainda continuam, depois de dois anos, nos abrigos provisórios.

Somente no último dia 12 de novembro foram entregues os primeiros 96 apartamentos construídos em terrenos comprados através das doações do povo brasileiro, dos depósitos feitos na conta da Defesa Civil, e através do programa do governo federal Minha Casa, Minha Vida, deputado Dirceu Dresch. Assim, 96 famílias já estão em suas casas, mas se não fosse esse extraordinário programa habitacional do presidente Lula, essas famílias ainda continuariam nesses abrigos. Através do programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal, ainda serão construídas, na cidade de Blumenau, casas para mais 2.228 famílias.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Gostaria de parabenizar a colega deputada Ana Paula Lima, grande parlamentar, por trazer a seta Casa, no dia de hoje, a lembrança desse episódio que marcou o Brasil e que, de fato, sensibilizou todos nós.

Esse episódio foi marcado por grandes disputas, inclusive políticas. Muitos, infelizmente, usam esses momentos para fazer confrontações políticas. Mas houve uma ação muito rápida do nosso governo federal, fazendo Força Tarefa, trazendo grandes grupos da Caixa Econômica Federal, que trouxe toda sua equipe, para fazer um levantamento rápido e agilizar os processos das micro e pequenas empresas que sofreram mudanças, reduções e isenções de impostos. Ainda assim faltaram projetos e iniciativas, por parte também do poder local, da prefeitura, para agilizar todo o processo e dar resultados imediatos às famílias que passaram por perdas. Com certeza essa grande ação rápida do governo federal, do presidente Lula, contribuiu muito para melhorar a condição de vida da população dessa região. Muito obrigado e parabéns pelo debate.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch. Realmente, o sonho de todo ser humano é ter a sua casa, mas nessa tragédia de 2008, as pessoas que a tinham perderam-na. Desta forma, reforço o problema habitacional, porque é inconcebível que ainda existam pessoas nos abrigos. Os recursos vieram, mas, infelizmente, por causa dessas disputas políticas, por causa de algumas pessoas que se utilizam disso, desse tipo de politicagem, muitas pessoas ainda moram em abrigos. Eu insisto na questão habitacional, srs. parlamentares, porque não há nada mais humilhante, nada mais desesperador, do que uma família não ter para onde voltar, situação, ainda, de centenas e centenas de pessoas que viram suas casas, literalmente, serem derrubadas. Um verdadeiro filme de terror.

Por essa razão, passados dois anos dessa tragédia, dessas grandes chuvas, dos deslizamentos que assolaram o estado de Santa Catarina, mais especificamente o vale do Itajaí, em memória dos mortos, dos desaparecidos e por respeito aos desabrigados e esquecidos pelo poder público estadual e municipal de Blumenau, mantenho-me firme no compromisso de não me calar enquanto ainda existir uma pessoa morando em abrigo. É lamentável que isso ainda aconteça.

Farei uso desta tribuna para fazer coro àqueles que não conseguiram retornar aos seus lares, às suas residências, àqueles em que o barro ainda invade suas residências, às

pessoas que ainda não receberam a visita de um engenheiro da prefeitura de Blumenau para avaliar as condições do terreno e, quem sabe, construir novamente. É lamentável, sr. presidente, que depois de dois anos da tragédia, uma cidade rica como Blumenau, ainda tenha pessoas nessas condições.

Por isso, deputada Professora Odete de Jesus e demais parlamentares, não podemos ficar calados enquanto essas famílias não voltarem às suas residências.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Atendendo à solicitação do deputado Antônio Carlos Vieira, esta Presidência suspende a presente sessão por cinco minutos, para que as rainhas e princesas da Festa do Morango façam os convites aos srs. deputados e sras. deputadas.

Está suspensa a sessão por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0009/2010 e que o mesmo terá o seu encaminhamento conforme determina o Regimento Interno.

Comunica, ainda, que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0036/2010, 0038/2010, 0046/2010, 0063/2010, 0065/2010, 0117/2010, 0135/2010, 0136/2010, 0168/2010, 0194/2010, 0209/2010, 0275/2010, 0277/2010, 0288/2010, 0293/2010, 0294/2010, 0295/2010, 0341/2010, 0355/2010, 0416/2010, 0422/2010, 0456/2010, 0459/2010, 0466/2010, 0472/2010, 0496/2010, 0500/2010, 0502/2010, 0505/2010 e 0509/2010, todos de entidades sociais encaminhando relatório de atividades.

Comunica, outrossim, que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0514/2010, de procedência do Tribunal de Justiça.

Srs. deputados, nós temos 17 redações finais para serem votadas. Consulto os srs. líderes se podemos votá-las em bloco.

(Os líderes acquiescem.)

Votação da redação final dos Projetos de Lei n.s.: 0326/2010, 0124/2010, 0138/2010, 0159/2010, 0215/2010, 0238/2010, 0250/2010, 0257/2010, 0258/2010, 0259/2010, 0261/2010, 0290/2010, 0304/2010, 0307/2010, 0316/2010, 0332/2010 e 0341/2010.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0184/2010, de autoria do deputado Darci de Matos, que denomina Soldado Jackson dos Santos o Presídio Regional de Joinville.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Consultamos os srs. líderes para saber se podemos votar o Projeto de Lei n. 0365/2009, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Trânsito, nos termos da Lei Federal n. 9.503, de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

Ele pode ser votado hoje ou entrará na pauta de amanhã. Estou trazendo a plenário porque está pronto nas comissões e o acordo que temos é que, quanto estiver pronto, seja trazido para o plenário. Se não for votado hoje, será votado na sessão de amanhã. Essas são as ponderações que faço!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Inclua na pauta de amanhã, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Então, será incluído na pauta de amanhã o Projeto de Lei n. 0365/2009.

Da mesma forma, ficará para a amanhã a Medida Provisória n. 0185/2010, com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0553/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar, e 0554/2010, de autoria do deputado Flavio Ragagnin, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunica ainda que defere de plano os Requerimentos n.s.: 1.174/2010, de autoria do deputado Dado Cherem; 1.175/2010 e 1.176/2010, de autoria do deputado Kennedy Nunes.

Gostaria de pedir, mais uma vez, a atenção dos presidentes das comissões para que deem vazão aos projetos para que possamos ter, até a primeira semana de dezembro, as matérias votadas. Não gostaríamos de trazer, na primeira semana de dezembro, as matérias ao plenário sem as deliberações das comissões. No entanto, os projetos vão para arquivo, caso não venham a ser analisados. Mas havendo interesse dos deputados propositores, as matérias virão a plenário.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Acho que foi muito positiva a reunião hoje pela manhã. A comissão de Constituição e Justiça apreciou muitos projetos e, inclusive, passamos do horário regimental de trabalho.

Quero também pedir o empenho dos deputados, porque na última semana - como já ocorreu em outros momentos - há muitos projetos e não há condições de os deputados acompanhá-los. Portanto, é importante darmos esse encaminhamento desde agora.

Então, só quero reforçar a importância de os deputados encaminharem os projetos que estão em gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Queremos aproveitar para dizer que realizamos, na semana passada, uma reunião com os srs. líderes - e a bancada do PT estava em Brasília e por isso não pôde participar, mas conversamos por telefone com alguns deputados -, na qual comunicamos que todos os projetos de origem parlamentar - e são em torno de 400 projetos - que estão nas comissões e que

não forem incluídos na pauta até a primeira semana de dezembro irão para o arquivo.

Nós não vamos votar projetos de origem parlamentar depois da primeira semana de dezembro por uma questão prática. Vamos deixar as duas últimas semanas para os projetos de origem do Executivo que não forem votados até lá. Procederemos desta forma para que não tenhamos, como tivemos no ano passado, 70, 80 ou 90 projetos votados num dia, com o desgaste consequente que isso traz no que diz respeito à imagem da Casa visto por quem vê de fora e que não sabe como é a tramitação aqui, que as matérias são discutidas com profundidade nas comissões e que só vêm a plenário quando passam nas comissões.

Agora acho que é possível construirmos o entendimento de os projetos que estão nas comissões serem deliberados lá. Quem acha que é contrário, rejeita. Os que forem aprovados vêm para o plenário e os que não têm acordo para a tramitação vão para o arquivo. Mas aí vamos dizer para a população, de forma muito clara, quais os projetos que não tramitaram porque não houve consenso, e que não serão votados porque não houve consenso para tramitação e não por falta de tempo e também de sessões para que isso ocorresse.

Acho que é muito importante essa comunicação com a sociedade, para que as pessoas que não entendem o processo legislativo não tenham a sensação de que vamos engavetar 100, 200, 300 projetos por falta de tempo ou por falta de reuniões para deliberarmos.

Solicito a compreensão de todos os deputados, especialmente das comissões, para que possamos seguir dessa forma.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, parabéns por essa decisão. Há muitas matérias importantes que se encontram nas comissões e que acabarão sendo arquivadas.

Por isso a decisão de v.exa. é bastante procedente. V.Exa., que é deputado há bastante tempo, sabe que, na última hora, é aquele atropelo, e depois a sociedade fica dizendo que os parlamentares não sabem nem o que votam.

Por isso v.exa. tem toda razão! Parabéns pela decisão! E faço um apelo aos presidentes de comissões para que tragam as matérias! Se ela está com o deputado, vão buscá-la para que possamos votá-la sem nenhum atropelo!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, só quero chamar a atenção para o fato de que nós, que somos da bancada de Oposição, poderemos sair prejudicados com projetos que estão nos gabinetes e que não vão sair de lá. Essa é uma preocupação que levantamos.

Infelizmente, como três deputados nossos estão fora do país, e outros estavam em Brasília, não pudemos participar da reunião. Mas é uma preocupação que levantamos e teremos que tomar um encaminhamento a partir dessa decisão da

Mesa de, mesmo que o projeto não venha a plenário, ser arquivado. Vamos fazer um encaminhamento sobre isso, senão os projetos vão ficar na gaveta e serão arquivados automaticamente, sem ir sequer para a comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado, quero apenas explicar. Não é uma decisão da Mesa o arquivamento e sim uma questão imperativa no final da legislatura. O projeto que não for votado até o dia 15, no encerramento da legislatura, automaticamente irá para o arquivo.

No entanto, se os projetos de origem parlamentar tiverem interesse do deputado de ser votado e não houver interesse da comissão, por algum motivo, de tramitação, vão ser trazidos para o plenário sem passar pelas comissões.

A comissão pode votar contra o projeto, mas não pode deixar de analisar. Se acha que não deve tramitar, não tramita e vota contra. Dos 400 projetos, com certeza teremos muitos que não haverá consenso para a tramitação. Com relação a essas matérias, pode-se fazer um acordo para irem ao arquivo ou serem rejeitadas nas comissões.

Agora, quanto aos projetos que tiverem interesse do parlamentar - e aí cada deputado deve acompanhar a tramitação, buscar na comissão e informar à Mesa, até o final do mês, quais os projetos que gostaria que fossem votados -, serão votados. Aprovar ou rejeitar é, na essência da democracia, o exercício de maioria. O direito de ter o projeto deliberado é uma prerrogativa do deputado, que aí não é Oposição ou Situação. É uma prerrogativa do parlamentar que vamos respeitar na plenitude, v.exa. pode ter certeza.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, quero falar sobre dois temas nesta tarde.

O primeiro é sobre o grande momento de ontem à noite, das homenagens, e o segundo é no sentido de fazer uma pequena prestação de contas da nossa viagem a Portugal, ao Sustentare 2010, na semana passada, motivo pelo qual não estivemos presentes nesta Casa.

Gostaríamos de dizer a toda sociedade catarinense que nos acompanha, a todos os srs. deputados, às sras. deputadas e às pessoas que nos visitam que o dia de ontem foi um grande momento para nós.

Primeiro, quero agradecer, como fiz ontem à noite, o fato de poder ser indicado pelos nobres pares para representar os partidos de Oposição nessa grande homenagem. Pessoas, entidades e instituições estiveram aqui sendo homenageadas.

Nesse momento, quando chegamos na reta final do ano, tirar uma pausa para agradecer a essa simbologia desse registro do papel prestado por essas pessoas e instituições é muito importante.

Então, foi muito positivo aquele momento. E a homenagem é muito justa quando alguém não para, quando alguém desafia, ousa e constrói sonhos e transforma-os em realidade para melhorar a vida dos catarinenses.

Então, quero ressaltar esse grande momento e agradecer a oportunidade de poder dirigir a palavra a todas aquelas pessoas, aos familiares, aos amigos desses homenageados que estiveram aqui na noite de ontem.

Em segundo lugar, quero falar sobre a oportunidade que tivemos de participar, na cidade de Moura, no sul de Portugal, do Sustentare 2010. E aquele país tem muito a ver com o Brasil. Nós, além de participar do debate sobre energias renováveis, também conhecemos, nos momentos de intervalo, um pouco mais da história de Portugal, um país que, podemos dizer, é o nosso país mãe ou pai.

Mas estiveram também presentes no seminário o deputado Pedro Uczai, agora eleito deputado federal, e o nosso líder, deputado Décio Góes, que estendeu um pouco mais a sua viagem, o seu trabalho, foi visitar outros países e não voltou ainda.

Nesse momento em que o Brasil vem sendo desafiado com o seu crescimento econômico, com esse momento importante de investimento, de geração de novos empregos, com pessoas com melhor poder aquisitivo e que conseguem, com o seu emprego, consumir, é o momento de avanço também no consumo de energia. E como o nosso mundo ainda é voltado à produção de energia e, principalmente, ao transporte utilizando o petróleo - e esse é o momento em que o Brasil descobre uma grande riqueza, o nosso pré-sal -, é hora de nós nos preocuparmos com a produção e a criação de possibilidades alternativas de energias renováveis ou que não prejudiquem o nosso meio ambiente.

O Brasil ainda tem a sua política central de energia voltada à construção de barragens para gerar a energia hídrica. Mas a Europa, e principalmente Portugal, tem grandes investimentos em pesquisas nessa questão da energia solar. E é no município de Moura que está localizada a maior experiência de energia solar, através de placas fotovoltaicas. Existe também a experiência, já muito forte, da produção de energia eólica, de energia do biogás, de energia das águas do mar, além de outras experiências.

Com certeza, para mim, como presidente da comissão de Turismo e Meio Ambiente, essa discussão ambiental tem tudo a ver. A grande preocupação com o aquecimento global é um tema central, principalmente nos países desenvolvidos, nos chamados países de primeiro mundo, que também foram os grandes responsáveis pela ampliação do grande volume de produção do CO<sub>2</sub>, um dos grandes responsáveis pela questão da destruição da camada de ozônio.

Então, eles também têm essa grande responsabilidade de buscar alternativas ambientais de recuperação do meio ambiente e de políticas alternativas na produção de energia, porque vem crescendo a demanda pela produção energética no mundo.

Ficamos muito animados com o que vimos lá, com os debates, com os acordos e intercâmbios de relações com os países, e não só Portugal, mas também países de língua portuguesa - ao todo estavam presentes seis países discutindo esse tema, e não só Portugal, mas também da África e de outros continentes. Foi um evento muito importante. E com certeza, nos próximos anos, vamos continuar contribuindo com a construção de novos eventos como esse.

Quero também agradecer o apoio da Assembleia Legislativa na construção desse evento, o Sustentar 2010, que aconteceu na cidade de Moura, no sul de Portugal.

Então, gostaria de dizer da satisfação de ter participado desse momento. E o grande compromisso que assumimos lá foi o de contribuir com as experiências que temos no Brasil, como a produção de energia, principalmente oriunda do aproveitamento dos dejetos suínos. Há, inclusive, uma articulação da Eletrosul, do ministério das Minas e Energia, de entidades e de organizações no sentido de construir uma solução sustentável para a contaminação ambiental advinda dos dejetos de suínos. E os próprios dejetos humanos, que são um problema, podem ser transformados em produção de energia para podermos reduzir o investimento e o consumo de energia não renovável, que acaba contribuindo para a contaminação ambiental.

Quero agradecer essa oportunidade e, mais uma vez, falar desse compromisso que assumimos de continuar esse debate em Santa Catarina - e o nosso estado tem as suas experiências importantes -, mas também em nível de Brasil e com aqueles países que também têm uma grande contribuição a dar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, telespectadores que nos acompanham pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e público que está aqui presente nesta tarde de terça-feira, quero lamentar o falecimento, em acidente trágico, do soldado Souza, Roberto de Souza, natural de Laguna, cidade onde trabalhava no Pelotão de Patrulhamento Tático.

O acidente aconteceu na tarde de ontem, quando se deslocava, juntamente com outros dois companheiros, de Imbituba para Tubarão, numa situação de emergência, conduzindo pessoas para o hospital em Tubarão.

Houve um carro que escapou da pista, vamos dizer dessa forma. Uma viatura, rodando, cruzou para a pista do outro lado. A pista estava duplicada, mas ainda não havia naquele trecho a mureta central e a viatura se chocou de frente com uma carreta, deputada Odete de Jesus.

Faleceu na hora o soldado Roberto de Souza, que está sendo sepultado, neste momento, na cidade de Imbituba. Nós viemos, agora há pouco, no horário do meio-dia, do lugar onde está sendo sepultado o soldado, um jovem de 25 anos, com quatro anos na Polícia Militar. E está em estado muito grave o soldado Bertoni Gonçalves, que estava dirigindo essa viatura no momento do acidente. O outro policial já está passando bem.

Mas ainda não bastasse essa tragédia, faleceram mais duas pessoas no mesmo acidente, justamente a mãe do soldado Bertoni e o irmão do soldado

Bertoni, que estava numa situação de emergência, com problema de apendicite, sendo conduzido para o hospital na cidade de Tubarão.

Queremos lamentar, portanto, o falecimento dessas três pessoas. Torcer pela recuperação do jovem policial, soldado Bertoni. Os três eram das últimas turmas e trabalhavam no Batalhão do Pelotão de Patrulhamento Tático na cidade de Imbituba.

Queria registrar demais eventos realizados pela Associação de Praças do Estado de Santa Catarina. Ontem, dia 22 de novembro, à tarde, a Aprasc realizou a sua assembleia ordinária anual, cujos encaminhamentos nós voltaremos a falar nesta tribuna a partir dos próximos dias. Mas queria mesmo registrar o evento que a Associação realizou na manhã de ontem, aqui, em espaço físico da Assembleia Legislativa, no Auditório Antonieta de Barros, que foi uma palestra intitulada 100 anos da Revolta dos Marinheiros - Praças em Luta Ontem e Hoje.

Essa palestra buscou trazer para reflexão um movimento que aconteceu há exatamente cem anos. 1 dia de ontem, 22 de novembro, marcou o primeiro centenário do início da revolta dos marinheiros na cidade do Rio de Janeiro, conhecida como Revolta da Chibata. Esse foi o nome que a história e a imprensa atribuíram e que a sociedade oficializou ou, por que não dizer, preferiu intitular aquele movimento.

Na verdade a reflexão, o estudo, a respeito daquele movimento indica-nos que era um movimento mais amplo e, inclusive, bastante mais complexo, por diversas outras demandas também importantes, que não apenas repulsa a manifestação ou a indignação diante do castigo físico que era instituído ainda na Marinha até aquele momento. Em 1910, usava-se o castigo físico da chibata como forma de punição disciplinar, "x" chibatadas. Embora a legislação dissesse que o número máximo era 25, há registro naquele ano de 1910 - e esse foi um dos fatos que provocou a eclosão do movimento - de que um marinheiro teria sido castigado fisicamente como punição administrativa, ou seja, decidida no âmbito do comando da unidade militar onde servia, no caso, o Encouraçado Minas Gerais. E o marinheiro foi julgado e punido com duzentas chibatadas.

Esse foi um dos episódios que provocou a eclosão daquele movimento, que é conhecido como a Revolta da Chibata, como já falei, mas que merece um termo mais adequado. Por isso, passou a se chamar Revolta dos Marinheiros. Há outros intelectuais, estudiosos e historiadores que preferem chamar Revolução dos Marinheiros, justamente porque entendem aquele movimento dos marinheiros de 1910 como parte do processo de aprofundamento da institucionalização da República.

A República, no momento da Revolta dos Marinheiros, completava na época duas décadas, 21 anos, na verdade. Evidentemente, o castigo físico já, pelo menos em tese, tinha sido abolido contra os escravos, já que a escravatura havia sido abolida, também em tese, em 1888, mas na Marinha persistia o castigo físico ainda em 1910, 22 anos depois da Abolição da Escravatura.

Esse, portanto, é um movimento que precisa ser entendido como um

movimento pela democratização da sociedade brasileira. E havia evidentemente, como já falava, outras demandas que merecem ser lidas, porque na época essa carta de reivindicação dos marinheiros foi omitida da sociedade, foi para que se pensasse que, de fato, os marinheiros queriam apenas parar de apanhar de chibata. Evidente que isso já era uma demanda bastante importante, mas como as autoridades e a sociedade oficial entendiam como legítima a suspensão da chibatada como punição disciplinar, falaram disso omitindo outros aspectos, outros pontos das reivindicações dos marinheiros em 1910.

Passo a ler, 100 anos depois, aqui na tribuna desta Assembleia Legislativa, já que na época foi omitida, a demanda da carta dos marinheiros de 22 de novembro de 1910: "retirar os oficiais incompetentes e indignos de servir a Nação Brasileira; reformar o código imoral e vergonhoso que nos rege, a fim de que desapareça a chibata, o bolo e outros castigos semelhantes; aumentar o soldo pelos últimos planos do ilustre senador José Carlos de Carvalho; educar os marinheiros que não têm competência para vestir a orgulhosa farda; mandar por em vigor a tabela de serviço diário". Assim, escala de serviço, moralização, instrução, capacitação dos marinheiros e aumento do soldo, além do fim da chibatada, eram as demandas dos marinheiros em 1910.

A chibata acabou, deputado Moacir Sopelsa, mas os outros pontos da pauta continuam vigentes 100 anos depois. Aproveitando a semana do centenário da Revolta dos Marinheiros, para concluir, hoje nós estamos, deputado Moacir Sopelsa, realizando uma palestra, na Universidade Federal de Santa Catarina, em conjunto com instituições internas da universidade, sobre um movimento de militares do século passado realizado uma década depois, de 1922 até 1927.

O tema O Tenentismo e a Coluna Prestes terá como palestrante, na noite de hoje, no auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina, a professora e doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Anita Leocádia Prestes, que é filha, inclusive, como todos sabem, do então capitão do exército, Luiz Carlos Prestes.

Então a palestra sobre o Tenentismo e a coluna Prestes acontecerá na noite de hoje, às 18h30m, no auditório do CFH, da Universidade Federal de Santa Catarina, para que possamos debater e refletir sobre mais esse importante movimento da história do Brasil e dos militares.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais oradores que queiram fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo plenário.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 0104ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2010

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Dado Cherem - Darci de Matos - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Flavio Ragagnin - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Moacir Sopela - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Onofre Santo Agostini - Padre Pedro Baldissera - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

#### SUMÁRIO

##### Partidos Políticos

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Reporta-se ao PL 0331/2010.

**DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Kennedy Nunes.

**DEPUTADO GILMAR KNAESEL** - Demonstra sua preocupação a respeito da violência no trânsito.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Aborda a necessidade de mais recursos para o tratamento da dependência química; posiciona-se a respeito do trabalho escravo no estado e no país.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** (pela ordem) - Solicita a presença dos deputados em plenário.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (pela ordem) - Faz coro à solicitação do deputado Kennedy Nunes.

**DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI** (pela ordem) - Faz coro à solicitação do deputado Kennedy Nunes.

##### Ordem do Dia

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (pela ordem) - Solicita a retirada da MP 0185.

**DEPUTADO LUIZ CARLOS VIEIRA** (pela ordem) - Pede esclarecimento quanto ao PL 0115/2010.

**DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI** (pela ordem) - Esclarece o PL 0115/2010.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Comunico que a sessão será suspensa enquanto os membros da comissão de Constituição e Justiça deliberam os projetos da pauta de hoje que estiverem tramitando no âmbito da comissão.

Está suspensa a sessão até a conclusão da reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, catarinenses que estão aqui presentes.

Sr. presidente, participei agora de uma reunião da comissão de Constituição e Justiça e quero aqui, publicamente, agradecer tanto ao deputado Antônio Ceron como ao deputado Elizeu Mattos, que hoje devolveram o Projeto de Lei n. 0331/2010, de procedência governamental, relatado pelo deputado Joares Ponticelli, que garante 0,2% dos recursos do Fundo Social para o Fundo Estadual Antidrogas.

Com esse dinheiro vai ser possível fazer convênios com entidades, com comunidades terapêuticas, para o tratamento de dependentes químicos, deputado Genésio Goulart. Hoje não temos nenhuma rubrica orçamentária que garanta recursos para isso. Há na secretaria de Saúde algum trabalho relacionado à prevenção, mas quando se refere ao tratamento visando à recuperação do dependente químico não existe a possibilidade de garantir um recurso específico.

O governador Leonel Pavan encaminhou para esta Casa o Projeto de Lei n. 0331/2010, que garante o percentual de 0,3%. É um pequeno percentual, mas já é um grande início e com isso teremos a possibilidade de que o estado de Santa Catarina realize um trabalho junto às comunidades terapêuticas.

A deputada Ana Paula Lima pediu vista ao projeto. E conversei com ela, que afirmou que já elaborou a sua emenda, faltando apenas que sua assessoria protocole-a.

A minha preocupação, deputada Ana Paula Lima, é que possamos garantir a aprovação desse projeto, a fim de que tenhamos na peça orçamentária de 2011 esse valor, com o qual poderemos dar às comunidades terapêuticas a possibilidade de fazer uma previsão, pois poderão contar com um recurso orçamentário.

Conversei com o governador eleito, senador Raimundo Colombo, que me disse, deputado Antônio Carlos Vieira, que há um projeto muito bom com relação à questão do combate ao uso de drogas, abrangendo a prevenção, o tratamento e uma colocação para o dependente químico após sua alta.

Eu entendo que esse projeto do senador Raimundo Colombo vem em boa hora, porque neste Parlamento já criamos a Frente Parlamentar Antidrogas, para que possamos pensar, juntos, uma solução. Dessa forma a Assembleia Legislativa será a locomotiva dessa discussão que visa criar no estado uma política pública de atendimento ao dependente químico.

Nós estamos vivenciando mais e mais esse problema que cada vez está mais próximo de nós, deputado Elizeu Mattos, das nossas famílias, do nosso círculo de amizades. É crescente o número de pessoas que se estão tornando dependentes de drogas.

Acredito que no intuito de ajudar é que a deputada Ana Paula Lima, através de emenda, passou de 0,2% para 0,5% o percentual a ser alocado em rubrica específica ao tratamento dos dependentes.

A minha preocupação, como já disse, é que possamos, deputado Romildo Titon, viabilizar o mais rapidamente possível, já em 2011, o repasse dos recursos para as clínicas de recuperação de dependentes químicos.

Precisamos ainda aprovar na comissão de Constituição e Justiça e de

Legislação o Projeto de Lei n. 0331, para que tramite nas comissões de mérito e finalmente venha a Plenário para ser aprovado e incluído no Orçamento de 2011 o percentual destinado a garantir o tratamento em clínicas terapêuticas dos viciados em drogas do nosso estado.

O Sr. Deputado Flavio Ragagnin - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputada Flavio Ragagnin - Nobre deputado, fico feliz que tenha tido essa idéia, juntamente com a nobre colega, pois me preocupo principalmente com o problema do crack, que começou primeiramente nas grandes cidades e hoje se espalhou pelo estado e pelo país. Conheço pequenos municípios que estão com problemas sérios.

Quero levantar uma questão nesse sentido, ou seja, que a Segurança Pública, o Ministério Público e as prefeituras tomem uma atitude a respeito, porque hoje existem famílias que estão sendo massacradas pelos viciados. Dentro de quatro paredes ninguém sabe o que realmente acontece. Mas temos relatos de que idosos estão sendo explorados, ameaçados por jovens que exigem dinheiro todos os dias. Esse problema é muito sério e cumprimento v.exa. por abordá-lo nesta Casa.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Deputado Flavio Ragagnin, essa foi a razão da criação da nossa Frente Parlamentar Antidrogas, porque temos que envolver todos, o estado, o município, além de outras instituições públicas. É preciso fazer esse envolvimento, é preciso discutir ações. E o bom do PL n. 0331 é que vai garantir recursos para o tratamento dos adictos.

Portanto, os municípios terão de criar os seus fundos municipais para conseguir receber esses recursos e ajudar as clínicas, as comunidades terapêuticas. Ou nós tratamos disso com atitude ou simplesmente vamos lavar o porquinho e soltá-lo no chiqueiro novamente.

É preciso que essa questão seja tratada nas suas múltiplas facetas, porque ela é multissetorial. Precisamos enfrentar o problema, fazer alguma coisa, recuperar aqueles que já estão caídos e garantir que depois de recuperados tenham uma colocação, porque está comprovado que recuperar e deixar à deriva é o mesmo que empurrar novamente para o vício.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem à bancada do PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Gilmar Knaesel, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, no sábado ocorreu em Florianópolis um evento muito importante, mas pela pouca divulgação talvez não tenha tido o destaque e a participação necessários. Refiro-me à comemoração, em Florianópolis, do Dia Mundial em Memória das Vítimas de Trânsito.

(Passa ler.)

"Todos sabem que a violência no trânsito mata todos os anos quase 1,3 milhão

de pessoas no mundo e incapacita mais de 50 milhões de pessoas. É a principal causa de mortes de jovens na faixa etária até os 24 anos.

No Brasil, segundo dados oficiais do ministério das Cidades, morrem cerca de 30 mil pessoas por ano e outras 300 mil pessoas ficam feridas, entre as quais 100 mil ficam com sequelas decorrentes dos acidentes de carro.

Santa Catarina é o segundo estado brasileiro no *ranking* da violência no trânsito, perdendo apenas para o estado de Minas Gerais, que ostenta uma malha viária muito maior do que a nossa e ainda é o estado com maior população flutuante.

Da mesma forma, no nosso caso, em Santa Catarina, temos ainda, na alta temporada de verão, nossa principal estação turística, milhares de veículos vindos dos países vizinhos e de outros estados que aumentam ainda mais o nosso fluxo de veículos. Pode parecer até exagero, mas estatísticas dizem que a cada 6h1min56s, uma pessoa perde a vida no trânsito de Santa Catarina. O excesso de velocidade, ultrapassagens em locais proibidos, embriaguez e a falta de hábito na utilização de cinto de segurança foram as principais causas das 1.329 mortes ocorridas somente em 2010, segundo dados da Polícia Rodoviária Federal e também da Polícia Rodoviária Estadual.

Segundo dados do batalhão da Polícia Militar Rodoviária de Santa Catarina, de janeiro a setembro deste ano ocorreram 7.933 acidentes em rodovias estaduais. Desses, 4.590 foram vítimas e 207 resultaram em mortes nas rodovias estaduais. Somente no mês de setembro de 2009 foram 315 pessoas vítimas de acidentes, sendo que no mesmo mês do ano seguinte, em 2010, esse número passou para 370, um aumento de 17,46%, comparando com o mesmo período do ano passado.

Nas BRs o maior número de vítimas tem idade entre 20 e 30 anos, somando 120 mortes só neste ano. Em segundo lugar, com um saldo de 105 mortos, está a faixa etária entre 31 e 39 anos. Os líderes de acidentes ainda são os automóveis. Os últimos dados das rodovias estaduais de setembro deste ano mostram 851 envolvidos nos sinistros, seguidos das motocicletas e motonetas que somaram 256, em setembro de 2010.

Em consequência desses elevados números a cidade de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, foi escolhida para ser, no dia 21 de novembro de 2010, a Capital Brasileira em Memória das Vítimas e em Defesa da Segurança no Trânsito, sendo que o evento de mobilização passou a ser itinerante desde 2009, que é uma forma de chamar a atenção de toda a população brasileira para o preocupante número de vítimas de acidentes de trânsito que só aumentam a cada dia. O evento aconteceu na avenida Beira-Mar, sob a coordenação do Icetran - Instituto de Certificação e Estudos de Trânsito e Transportes -, com o apoio dos diferentes segmentos da sociedade civil e das esferas públicas.

O Dia Mundial em Memória das Vítimas de Trânsito foi instituído, em 2005, pela ONU - Organização das Nações Unidas -, marcado para o terceiro domingo do mês de novembro de cada ano. Essa data foi concebida para garantir que haja mobilização da sociedade contra essa violência e para confortar os milhares de parentes e amigos das vítimas que sofrem e sofrerão as

consequências materiais, sociais e, principalmente, emocionais desses eventos trágicos. Sem falar, naturalmente, nas perdas econômicas, já estimadas no Brasil pelo Ipea em cerca de R\$ 30 bilhões todos os anos.

No Brasil, a primeira iniciativa ocorreu em 2007, quando o engenheiro Fernando Diniz, pai órfão de Fabrício da Costa Diniz, mobilizou amigos, parentes de outras vítimas e voluntários para uma ação na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro. Simultaneamente ao objetivo de dar rosto aos números dos que se foram e voz aos que aqui ficaram sofrendo, a ação também colhia assinaturas para a rápida aprovação de um projeto de lei instituindo penas alternativas justas para os criminosos no trânsito. Solidários pela ideia, outras 20 cidades brasileiras também se mobilizaram no mesmo dia de novembro de 2007, com evento semelhante.

Desde então, a mobilização para o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Trânsito acontece todos os anos por intermédio da ONG Trânsito Amigo e a cada ano propõe um avanço em prol dessa importante causa."

Eu, pessoalmente, tenho na minha família também vítimas do trânsito. A minha própria irmã, com a idade de 21 anos, e o meu cunhado foram vítimas de um acidente de trânsito na cidade de Lages, em 1974, sobrevivendo na época a minha sobrinha, com cinco meses de idade, que hoje é talvez uma dessas órfãs entre milhares e milhares de famílias brasileiras.

Eu queria propor, sr. presidente e srs. deputados, não mais para esta legislatura e sim para a nova que vai se instituir a partir de janeiro do ano que vem, à Assembleia Legislativa, uma mobilização através de uma comissão permanente, para acompanhar esse que é um dos grandes flagelos hoje da sociedade moderna do nosso estado. Não basta apenas a mobilização, a conscientização, mas, acima de tudo, leis mais severas para o controle daqueles que infringem as regras de trânsito e uma penalização mais rápida, mais eficaz, para punir aqueles que são os grandes causadores de vítimas.

Sr. presidente, é de suma importância fazer o registro, em nome do estado e em nome do Parlamento, da realização desse evento. Talvez a participação e a mobilização tenham sido muito pequenas, mas é importante para que nos próximos anos a Assembleia Legislativa possa ter participação nesse que é um dos grandes problemas atuais da sociedade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até oito minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, comunidade catarinense que nos acompanha pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL, muito boa-tarde!

Deputado Kennedy Nunes, v.exa. relatou aqui sobre o projeto do governador do estado de Santa Catarina destacando um percentual do Fundo Social para as comunidades terapêuticas. Há dois anos, deputado, esse projeto foi apresentado por esta deputada, mas, infelizmente, o deputado Elizeu Mattos não relatou esse projeto. E o que nós vamos fazer é uma emenda ao projeto do governador,

instituindo não 0,2%, deputado Kennedy Nunes, porque 0,2% do Fundo Social representam R\$ 800 mil e isso é muito pouco para fazer um trabalho dessa natureza. O projeto original do nosso mandato é de 0,5%, em que são destinados R\$ 2 milhões para prevenção e tratamento de dependência química. Porque dependência e alcoolismo não são tratados como vício e sim como problema de saúde pública. É o desespero de mães e pais, de parentes, da comunidade, da sociedade e nossa, como parlamentares, em ver que no estado de Santa Catarina cada vez mais cedo as crianças estão no submundo da dependência química. Por isso nós temos que estar alerta e investir mais recursos nessa área de prevenção e tratamento.

Todo dia, no meu gabinete ou através do telefone, eu recebo o desespero de milhares de pessoas que não sabem onde colocar o seu familiar para desintoxicação da dependência química.

Faço, sim, um alerta às comunidades terapêuticas que fazem um trabalho exemplar, mas digo também que é importante - antes eu tinha uma incerteza e hoje tenho certeza disso - que o trabalho da desintoxicação tenha um acompanhamento religioso, porque senão não haverá jeito.

O que me traz à tribuna neste momento, sr. presidente e srs. parlamentares é, infelizmente, as más notícias que levaram o estado de Santa Catarina às manchetes nacionais nessas últimas semanas, e elas não são nada agradáveis, são desagradáveis. A primeira é simplesmente vergonhosa: que o estado de Santa Catarina ocupa o terceiro lugar no *ranking* do trabalho escravo no nosso país. O terceiro lugar de trabalho escravo do nosso país.

(Passa a ler.)

"Até setembro deste ano foram libertados pelo ministério do Trabalho 228 trabalhadores. Eu disse 228 trabalhadores que foram 'libertados', pois se tratava de trabalhadores que estavam na escravidão, no estado de Santa Catarina.

Em Ipumirim, no oeste catarinense, 12 trabalhadores viviam num chiqueiro. Para um estado que possui um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,7%, não há justificativa para existência de tais situações. Aliás, não é justificável em nenhum estado da nossa Federação, independentemente do IDH em que se encontra.

É preciso que tenhamos o firme propósito de combater essa 'escravidão', que na sua maioria acontece porque o nosso trabalhador não tem condições de denunciar às autoridades competentes e por medo de represálias de seus patrões acaba por se manter num cativeiro. Acontece porque também alguns patrões sem escrúpulo, de forma desavergonhada, utilizam-se desses empregados vulneráveis e amedrontados para explorar a mão-de-obra barata oferecendo como moradia um chiqueiro, a exemplo da cidade de Ipumirim, onde 12 pessoas moravam. Acontece porque temos um estado omisso, um governo omisso, que tanto envergonha os catarinenses ao permitir a existência de tais distorções sociais e humanas.

Tão vergonhoso quanto o trabalho escravo no nosso estado, srs. parlamentares, é a recomendação do Conselho Nacional de Justiça, para que duas unidades de internação de jovens sejam fechadas: a Pliat, em Florianópolis, e a São Lucas, no município de São José.

Em ambas o Conselho Nacional de Justiça, através do Programa Medida Justa, ouviu queixas dos adolescentes de agressões, torturas, humilhação e outros tipos de maus tratos”.

Como será, deputado Flávio Ragagnin, que esses adolescentes serão recuperados? Eles vão sair dessas clínicas pior do que entraram, porque lá, pelos educadores, pelas direções, estão sendo maltratados, estão sendo agredidos, estão sendo humilhados.

(Continua lendo.)

“Por isso, vamos presidir uma audiência pública na próxima segunda-feira, para passarmos a limpo o sistema socioeducativo do estado de Santa Catarina.

Não podemos mais nos omitir, srs. deputados, nesse debate. O sistema está basicamente falido e precisa ser reconstruído para cumprir o seu papel de reinserir os jovens infratores na sociedade.

Aliás, srs. deputados, em Santa Catarina a violação dos direitos humanos dentro dos estabelecimentos carcerários é uma constante, basta lembrar o episódio no presídio de São Pedro de Alcântara, veiculado em nível nacional, onde os detentos apanhavam dos policiais e do comando daquele presídio.

Cito também o presídio regional de Blumenau, onde estivemos pessoalmente em diversas ocasiões, atendendo a pedido de apenados e de seus familiares por denúncias de maus tratos e cerceamento do direito de visita.

Há situação de violência também no presídio feminino de Florianópolis, inclusive amanhã, dia 25, teremos uma audiência pública, juntamente com a Câmara Municipal de Florianópolis, para discutirmos esse assunto.

Senhoras e senhores, o Partido dos Trabalhadores tem como compromisso reafirmado diariamente a defesa dos direitos humanos. Foi esse compromisso que tornou o PT a agremiação política com maior destaque em rede nacional de prevenção, de proteção e de promoção dos direitos humanos.

Assim, como deputado estadual, como membro do Partido dos Trabalhadores, tenho a obrigação de combater toda e qualquer forma de violência e maus tratos e fazer desta tribuna um eco para a voz do nosso povo, da nossa gente encarcerada ou não encarcerada. Queremos uma sociedade mais justa, mais igual e na defesa intransigente dos direitos humanos.”

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigada, deputada Ana Paula Lima.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao DEM.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB e do DEM que queiram fazer uso da palavra, consulto os srs. deputados...

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, gostaria de fazer um pedido aos deputados que estão em seus gabinetes

para que venham até o plenário, porque neste plenário só estão presentes os deputados Flavio Ragagnin, Antônio Carlos Vieira, Silvio Dreveck, Joares Ponticelli, Genésio Goulart, Moacir Sopelsa, Ana Paula Lima e Onofre Santo Agostini. Lá fora vejo o deputado Romildo Titon, vejo ali atrás o deputado Valdir Cobalchini e o deputado Elizeu Mattos, e temos matérias importantes para votar, inclusive temos uma medida provisória que está em pauta e precisamos votar.

Assim sendo, conclamamos aos deputados que estão em seus gabinetes para que desçam até o plenário, para podermos dar andamento ao processo de votação.

Eu não quero acreditar, sr. presidente, que há um esvaziamento do plenário para não votar a medida provisória que quer cobrar de cada cidadão catarinense R\$ 130,00 para fazer a vistoria. Eu não quero crer que é por causa disso! Mas tudo bem, estou aqui pedindo aos srs. deputados para que venham, a fim de podermos fazer a votação dessa medida provisória.

Obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Concorde com v.exa., deputado Kennedy Nunes. Consulto o deputado Valdir Cobalchini se irá usar o horário do PMDB.

Eu vejo o deputado Joares Ponticelli no microfone de apartes, que também adere à ideia do deputado Kennedy Nunes.

Esta Presidência consulta os srs. deputados da possibilidade de suspendermos a sessão até as 16h, para que os deputados que estão em seus gabinetes possam descer para votar os projetos que estão pautados na Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, eu quero fazer coro à manifestação do deputado Kennedy Nunes, pois sei do pensamento de v.exa. e de outros deputados. Estamos aqui em torno de 14 ou 15 deputados até agora, mas também compreendemos que em função de que alguns partidos não usaram o tempo, ainda faltam 20 minutos para o horário regimental da Ordem do Dia.

Eu concordo que se suspenda a sessão até as 16h, para que às 16h em ponto, pois há vários deputados que nos estão acompanhando pela TVAL, estejamos todos aqui. Nós já vamos ficar aqui mesmo esperando para fazer uma contagem, porque essa matéria que está para ser deliberada é muita polêmica. Há muita gente na Casa e fora dela atenta ao que vamos fazer daqui a pouco. É extremamente importante e é bom que estejamos todos aqui para não termos dores de cabeça depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigada, deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Deputado, eu vou comungar com o pensamento de todos os deputados que aqui falaram, tanto o deputado Kennedy

Nunes quanto o deputado Joares Ponticelli. Acho que depois ficamos lá na comissão de Constituição e Justiça dizendo que não discutimos a matéria e não sei mais o quê. Matéria fora de prazo tem que vir a Plenário! Essa é a minha opinião.

Uma matéria que transcorreu e ficou engavetada, com pedido de diligência, entre outros, mas tem que ser votada este ano. É um absurdo não votarmos matéria fora de prazo! Acho que o exmo. sr. presidente foi muito feliz ontem, falando sobre esse assunto de forma clara, porque uma matéria que está dentro do prazo não vir a Plenário, eu até concordo, mas uma matéria fora do prazo tem que vir a Plenário. Votar certo ou errado é problema de cada parlamentar, mas tem que vir, porque senão estaremos fazendo um papel que não condiz com o pensamento de um parlamentar. Como agora, por exemplo, temos que ter quórum para votar, nas não temos! Acho que os deputados Kennedy Nunes e Joares Ponticelli têm razão: temos que fazer um apelo para que todos venham.

Vamos suspender a sessão até as 16h para que os deputados compareçam ao plenário para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Onofre Santo Agostini.

Esta presidência suspende esta sessão até as 16h, quando voltaremos com a Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias, e que as mesmas terão o seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projetos de Lei n.s: 0202/2009, 0128, 0143, 0202, 0275/2010, 0361 e 0399/2008.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0184/2010.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Agora vamos votar o parecer da comissão de Constituição e Justiça, que dá parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0026/2010, de autoria da sra. deputada Ana Paula Lima. Este parecer da comissão sendo aprovado fica mantido o projeto, mas se for rejeitado, atende-se ao requerimento proposto pela sra. deputada Ana Paula Lima, para que seja derrubado o parecer da comissão de Constituição e Justiça. Regimentalmente, temos que votar o parecer da comissão, não o requerimento. Na prática, é a mesma coisa, mas só para ficar bem claro, porque é assim que determina o Regimento Interno. Por isso, iremos votar o parecer da comissão, que é contrário à matéria.

Deputada Ana Paula Lima, se desejar inverter a pauta, pode solicitar. E, se os srs. líderes concordarem, não teremos nenhuma dificuldade para fazê-lo. Mas, regimentalmente, essa é a forma correta para encaminhamento.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Está na pauta de hoje, sr. presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está na pauta de hoje. Nós temos o requerimento de autoria da deputada Ana Paula Lima que solicita a votação do projeto derrubado, com o parecer contrário da comissão de Constituição e Justiça.

Regimentalmente, nessa situação, temos que votar o parecer da comissão de Constituição e Justiça. Agora, se houver encaminhamento dos srs. líderes para que se vote o requerimento, não há dificuldade.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, solicito a inversão da pauta para entrarmos num acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Presidência acata o requerimento da deputada Ana Paula Lima.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória n. 0185/2010, de origem governamental, que altera o art. 1º da Lei n. 13.721, de 2006, que autoriza o Poder Executivo a delegar serviços públicos na área de trânsito e estabelece outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela inadmissibilidade.

Esta Presidência informa que a matéria veio para a pauta de ontem, conforme determina o Regimento Interno. Está com prazo vencido. Mas houve encaminhamento pelos líderes para que fosse incluída na pauta de hoje. Assim foi feito e será deliberada, a menos que os líderes das bancadas decidam diferente.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, vamos votar o parecer da comissão de Constituição e Justiça?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Vamos votar a admissibilidade com o parecer da comissão.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, na verdade a Resolução n. 0282/2008, do Contran, e a Portaria n. 0131, do Denatran, estabelecem critérios gerais para o credenciamento, instalação e funcionamento das empresas credenciadas para vistoria de veículos nos estados.

O estado através desta medida provisória está atendendo a essa exigência. Ocorre que o Detran tem negado a aceitação de laudos de vistoria produzido por empresas privadas. Entendemos que é prudente que essa matéria seja retirada de pauta, para que haja um entendimento melhor da Resolução n. 0282 do Contran e da Portaria n. 0131 do Denatran, bem como da Medida Provisória n. 0185, de origem governamental.

Como líder do PSDB, solicito aos demais líderes que peçam a retirada dessa matéria de pauta na data de hoje para que possamos estudá-la melhor. Poderemos até solicitar a presença do secretário da Segurança Pública para explicar melhor qual a intenção dessa medida, para depois votarmos.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, ontem, já foi retirada de pauta essa matéria e, na condição de líder do PDT, quero manifestar a minha posição favorável que a deliberemos hoje, uma vez que ontem já foi postergada para a data de hoje.

Então, a posição é de que se cumpra a Ordem do Dia como está aqui. Portanto, não há acordo da liderança do PDT na proposta do deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Ceron.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. presidente, por deferência da bancada do Democratas, eu falo pela liderança do partido. Entendendo que a comissão de Constituição e de Justiça fez uma análise dessa questão e, por unanimidade dos votos, votou pela rejeição dessa medida provisória, entendo até que pelo malefício que os efeitos dessa medida podem trazer a Santa Catarina, o mais sensato seria que não se retirasse da pauta hoje, mas que o governo do estado retirasse do plenário.

Sr. presidente e srs. deputados, a vigência dessa medida provisória vai tirar dos 3,2 milhões proprietários de veículos de Santa Catarina em torno de meio bilhão de reais. Este é o feito prático dessa medida provisória.

Portanto, o Democratas não concorda com a retirada de pauta.

O Sr. Deputado Sílvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sílvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, depois de analisarmos essa medida provisória, e analisando também a manifestação da comissão de Constituição e Justiça, que teve oito votos contrários e uma abstenção, não há por que concordarmos com a retirada da matéria da pauta do dia de hoje. A nossa bancada mantém a posição de colocar em votação essa medida provisória na data de hoje, até porque ontem já foi protelada.

É essa a nossa manifestação, sr. presidente e srs. deputados.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores também quer que a matéria seja colocada em votação hoje.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, mesmo sendo voto vencido, eu faço questão de entregar a v.e.a., pelo menos, o requerimento da liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Sem nenhuma dificuldade, está acatado o requerimento. No entanto, não pode ser deliberado, até porque o

Regimento é claro. A admissibilidade da medida provisória está com o prazo vencido e por isso foi incluída na pauta com celeridade que foi. E ela só pode ser retirada com um acordo unânime de líderes, o que, é evidente, não ficou demonstrado.

Por isso está em discussão o parecer da comissão de Constituição e de Justiça, que é contrário à admissibilidade da medida provisória.

Nós vamos votar o parecer da comissão de Constituição e Justiça. Se ele for aprovado, a medida provisória será arquivada; se ele for rejeitado, a medida provisória terá a sequência normal.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, votando "sim"...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Os srs. deputados que votarem "sim" votam com o parecer da comissão de Constituição e de Justiça.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, quero só esclarecer essa questão, porque nós não estamos votando a medida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Estamos votando a admissibilidade e o parecer da comissão de Constituição e Justiça, que é contrário à sua tramitação.

Votando a favor do parecer da comissão, a medida provisória será arquivada. Se votarmos contrários ao parecer da comissão de Constituição e de Justiça, ela irá tramitar.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu voto favorável ao parecer entendendo que não é possível isso. Eu coloquei esse pedido no *twitter*, sr. presidente, até para saber qual seria o meu voto, e a comunidade inteira de Santa Catarina está revoltada com esse tipo de atitude.

Então, eu voto junto com o parecer, contra essa medida provisória, até porque o estado coloca-se incapaz em certas coisas e cria taxas para favorecer.

Hoje está ainda em vigor uma taxa que eu já denunciei e levei para o Ministério Público. Hoje uma pessoa tem que esperar 30 dias para conseguir pegar o documento de segunda via. Mas se a pessoa pagar R\$ 5,50, ela o receberá em três dias. Se o estado é capaz de fazer em três dias, por que cobrar a propina institucionalizada de R\$ 5,50?

Então, tendo em vista esse tipo de ação para extorquir o bolso do cidadão, eu voto contra essa medida provisória e voto favorável ao parecer pela inadmissibilidade, sr. presidente.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, queremos só manifestar a nossa posição, conforme o voto que demos na comissão de Constituição e Justiça pela inadmissibilidade da matéria. O nosso voto, portanto, é favorável ao parecer que veio da comissão pelo arquivamento dessa medida provisória.

Este é o nosso entendimento e queremos pedir a v. exa. que possamos fazer a votação nominal no painel eletrônico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A votação será nominal e solicito a abertura do painel.

Em votação o parecer da comissão de Constituição e Justiça.

Os srs. deputados que votarem "sim" são a favor do parecer que é contrário à tramitação da matéria, e os que votarem "não" rejeitam o parecer e, por consequência, aprovam a tramitação da matéria.

Em votação.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu só gostaria de deixar registrado que irei me abster de votar, atendendo a um pedido da liderança do partido, que entendeu que todos deveriam votar assim.

Portanto, para não quebrar essa harmonia que existe no partido, eu irei votar pela abstenção com os demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está feito o registro, deputado.

Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO CERON	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	abstenção
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADO DÉCIO GÓES	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	abstenção
DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	abstenção
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	abstenção
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	abstenção
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PEDRO UCZAI	
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO RONALDO BENEDET	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	abstenção
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Votaram 28 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 22 votos "sim" e seis abstenções.

Está aprovado o parecer da comissão de Constituição e Justiça.

A matéria será arquivada e na próxima sessão a Mesa apresentará o decreto legislativo, conforme determina o Regimento Interno, regulando os efeitos da medida provisória enquanto ela viger.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, é só para reafirmar o orgulho que tenho de pertencer a esta Casa.

As abstenções são completamente justificáveis, como foi a do deputado Elizeu Mattos, ontem, na comissão de Constituição e Justiça. Lá foram oito votos contra a medida e uma abstenção plenamente justificada do líder do governo, como foram justificadas agora as demais abstenções.

Tenho muito orgulho de pertencer a esta Assembleia Legislativa, que aqui no nosso estado não permite que esse tipo de negócio transcorra da maneira como estava acontecendo.

Por isso quero deixar aqui clara a minha posição. Renovo as minhas esperanças de atuar neste Parlamento depois de um resultado como esse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0365/2009, de origem governamental, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Trânsito, nos termos da Lei federal n. 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativas e subemenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0011/2010, de autoria do deputado Pedro Uczai, que institui o Dia Estadual do Hip Hop.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0177/2010, de autoria do deputado Jorginho Mello, que altera dispositivos da Lei n. 11.249, de 1999 (Instituto Soapem).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0333/2010, de autoria do deputado Elizeu Mattos, que denomina Manoel Dilor Freitas o centro administrativo da secretaria de estado de Desenvolvimento Regional de São Joaquim, no município de São Joaquim.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa e emenda redacional.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0350/2010, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que altera o inciso I e o parágrafo único e acrescenta inciso V ao art. 2º da Lei n. 14.890, de 2009, que disciplina o controle de usuários em estabelecimentos voltados à comercialização do acesso à internet no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0356/2010, de autoria do deputado Valmir Comin, que altera a Lei n. 2.357, de 1960, que considera de utilidade pública a Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão, de Criciúma.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0419/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que estabelece normas para notificação aos órgãos de Segurança Pública do estado de Santa Catarina, do ingresso na rede de atendimento à saúde de vítimas de acidentes com armas.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa e emenda aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Há aqui algumas matérias que foram aprovadas na CCJ e que vamos trazer à consideração dos srs. deputados. As

matérias para as quais houver consenso para deliberarmos hoje serão votadas hoje, e as matérias para as quais não houver consenso ficarão incluídas automaticamente na pauta da próxima sessão.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sobre a Medida Provisória n. 186 há um consenso. Já foi feito um acerto na comissão de Constituição e Justiça, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A matéria vai ser apresentada aos deputados e, se houver consenso, será votada, sr. deputado.

Inicialmente, temos aqui o Projeto de Lei n. 0234/2008, de origem governamental, que autoriza a permuta e doação de imóvel no município de Florianópolis (ampliação do Centro de Ciências Agrárias da USFC e construção do novo Aeroporto Internacional Hercílio Luz).

Ao PL n. 0234 está apensada uma emenda supressiva por parte do deputado Gilmar Knaesel, emenda de plenário.

Diante disso, a matéria vai retornar à comissão de Constituição e Justiça para analisar a emenda, conforme determina o nosso Regimento.

Discussão e votação em turno único da Medida Provisória n. 0186/2010, de origem governamental, que altera o art. 3º, inciso II, da Lei n. 13.721, de 2006, que autoriza ao Poder Executivo a delegar serviços públicos na área de trânsito e estabelece outras providências.

Trata-se apenas da admissibilidade, não é o conteúdo da matéria. Podemos deliberar?

(As lideranças aquiescem.)

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada a admissibilidade da Medida Provisória n. 0186/2010.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Eu queria saber o conteúdo da medida provisória, porque acabamos de votar uma matéria semelhante a essa.

O SR. PRESIDENTE (Gelson Merisio) - Infelizmente, deputado, nós votamos a admissibilidade da matéria. Ela voltará para as comissões para tramitar lá.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Deputado Ronaldo Benedet, vou tentar esclarecer. Há um edital na rua para a regulamentação das questões das autoescolas. E há uma dúvida acerca das questões das autoescolas que se discute o número e não há o critério de população e de eleitores. Este projeto está regulamentando isso e é de comum acordo entre as partes. Houve alguns que queriam e outros que não queriam.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Pensei que fosse outro projeto. Desculpe-me!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A matéria já está aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0195/2010, de origem governamental, que cria o Fundo de Melhoria da Perícia Oficial - Fumpo - e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0123/2010, de procedência do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a doação do imóvel que especifica e adota outras providências (município de Campo Erê).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0084/2007, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que dispõe sobre os direitos e deveres dos estudantes e das entidades estudantis no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado em unanimidade em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0115/2010, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que institui o Dia Catarinense de Combate ao Aquecimento Global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, eu só gostaria que o autor desta brilhante iniciativa dissesse-nos qual é esse dia e se ele guarda alguma referência com o dia nacional, porque vai ficar sem lógica se nós tivermos um dia catarinense de combate ao aquecimento global e existir um dia nacional.

Eu queria saber se ele guarda alguma reflexão e também o que se vai fazer nesse dia? Porque eu quero me colocar à disposição do deputado Onofre Santo

Agostini para, talvez, pedalar ou fazer alguma coisa em que haja o efetivo combate ao aquecimento global.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Caminhar também, deputado Antônio Carlos Vieira! V.Exa. tem que caminhar, correr, fazer esteira. Há uma série de coisas que se pode fazer para o bem da natureza.

Mas, sr. presidente, é claro eu não tenho a matéria na mão, mas há o dia específico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Fica instituída a data de 12 de maio como o Dia Catarinense de Combate ao Aquecimento Global, com simetria ao projeto nacional.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira (Intervindo) - Então coincide? Meus parabéns, deputado Onofre Santo Agostini!

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Nós tivemos o critério de observar os ditames da lei, como diria o grande prefeito de Lebon Régis, de saudosa memória, a lei das placas.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, eu sempre achei que vivêssemos num país com estados federados e que a lei nacional prevalecesse também para cá. Aqui não é os Estados Unidos da América, onde cada estado tem a sua legislação própria. Só nós faltava ter o dia catarinense diferente!

Então, eu quero cumprimentá-lo pela agilidade, mas eu não vejo lógica nenhuma. É mais uma lei que será remetida aos escaninhos de arquivos, porque se queremos fazer alguma coisa, temos é que executar as nossas caminhadas no dia nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Continua em discussão o Projeto de Lei n. 0115/2010.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0163/2010, de autoria do deputado Manoel Mota, que altera a denominação da Escola de Educação Básica Angelo Scarpa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0206/2010, de autoria da deputada Angela Albino, que institui o Dia Estadual Tae Kwon Do Olímpico.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0215/2008, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, que denomina Ney Douglas Bello o ginásio estadual de esportes, localizado no bairro Bello, no município de Caçador.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Nós temos mais três matérias de

origem do Poder Executivo que tiveram aprovação nas comissões.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0367/2010, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Dionísio Cerqueira (reforma para manutenção do Feirão da Roça).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0366/2010, de origem governamental, que autoriza a reversão de imóvel no município de Xanxerê.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0365/2010, de origem governamental, que altera o art. 1º da Lei n. 11.443, de 2000, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Santa Helena.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 16h25.

Está encerrada a presente sessão.

# ATA DA 033ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2010 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h25, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Dado Cherem - Darci de Matos - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Flavio Ragagnin - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Onofre Santo Agostini - Padre Pedro Baldissera - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedit - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Gostaria de fazer um registro, sr. presidente e srs. deputados, da presença do grande ex-deputado Gilson dos Santos. V.Exa. sabe, presidente, o que ele veio fazer aqui? Cobrar-me um tênis para ele possa caminhar no dia 12 de maio! Perguntei-lhe o número do tênis e já lhe disse que vou comprar e dar-lhe de presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - O número do deputado Gilson dos Santos é 11611, deputado Onofre Santo Agostini.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo

turno do Projeto de Lei n. 0011/2010, de autoria do deputado Pedro Uczaí, que institui o Dia Estadual do Hip Hop.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0177/2010, de autoria do deputado Jorginho Mello, que altera dispositivos da Lei nº 11.249, de 1999 (Instituto Soapem).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0333/2010, de autoria do deputado Elizeu Mattos, que denomina Manoel Dilor Freitas o centro administrativo da secretaria de estado de Desenvolvimento Regional de São Joaquim, no município de São Joaquim.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa e uma emenda redacional.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0350/2010, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que altera o inciso I, o parágrafo único e acrescenta o inciso V ao art. 2º da Lei n. 14.890, de 2009, que disciplina o controle de usuários em estabelecimentos voltados à comercialização do acesso à internet no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0356/2010, de autoria do deputado Valmir Comin, que altera a Lei nº 2.357, de 1960, que considera de utilidade pública a Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão de Criciúma.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0419/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que estabelece normas para notificação aos órgãos da Segurança Pública do estado de Santa Catarina do ingresso na rede de atendimento à saúde de vítimas de acidentes com armas.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa e uma emenda aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0084/2007, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que dispõe sobre os direitos dos estudantes e das entidades estudantis no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0115/2010, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que institui o Dia Catarinense de Combate ao Aquecimento Global.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0163/2010, de autoria do deputado Manoel Mota, que altera a denominação da Escola de Educação Básica Ângelo Scarpa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0206/2010, de autoria da deputada Angela Albino, que institui o Dia Estadual do Tae Kwon Do Olímpico.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0215/2008, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, que denomina Ney Douglas Bello o ginásio estadual de esportes localizado no bairro Bello, no município de Caçador.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 16h27.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 034ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

## DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2010

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h27, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Dado Cherem - Darci de Matos - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Flavio Ragagnin - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Onofre Santo Agostini - Padre Pedro Baldissera - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedit - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

#### SUMÁRIO

##### Explicação Pessoal

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Faz um balanço de sua participação em eventos no vale do Itajaí.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Reporta-se à economia catarinense.

**DEPUTADO GILMAR KNAESEL** - Registra entrada na Casa de PL para a área cultural.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e

invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Inicialmente vamos deliberar as redações finais dos projetos votados nas duas sessões anteriores.

Consulto os srs. líderes se podemos votar em bloco.

(As lideranças acquiescem.)

Votação da redação final dos Projetos de Lei n.s: 0365/2010, 0195/2010, 0367/2010, 0366/2010, 0365/2009, 0123/2010, 0011/2010, 0177/2010, 0419/2009, 0356/2010, 0350/2010, 0333/2010, 0084/2007, 0115/2010, 0163/2010, 0206/2010 e 0215/2008.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Estão aprovadas por unanimidade as redações finais.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0555/2010 e 0556/2010, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0557/2010 e 0558/2010, de autoria do deputado Antônio Carlos Vieira; 0559/2010, de autoria do deputado Flavio Ragagnin, e

0561/2010, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Esta Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s: 1.177/2010, 1.178/2010, 1.179/2010 e 1.184/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 1.180/2010, 1.181/2010 e 1.182/2010, de autoria do deputado Flavio Ragagnin; 1.183/2010, de autoria do deputado Pedro Uczai; 1.185/2010, 1.186/2010, 1.187/2010, 1.188/2010, 1.189/2010, 1.190/2010, 1.191/2010, 1.192/2010 e 1.193/2010, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário as seguintes matérias:

Requerimento n. 1.194/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Anatel, às diretorias regionais das empresas operadoras de telefonia celular e às diretorias das empresas operadoras de telefone fixo no estado, solicitando a implantação de rede de cobertura da telefonia celular e fixa na localidade de Rio Cerro I e II, no município de Jaraguá do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0127/2010, de autoria do deputado Renato Hinnig, a ser enviado ao secretário da Fazenda, solicitando informações referentes aos benefícios fiscais e tributários ao Estaleiro Azimut.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0128/2010, de autoria do deputado Renato Hinnig, a ser enviado ao diretor do Detran, solicitando informações referentes ao emplacamento de carros zero quilômetro com notas fiscais oriundas de outros estados.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrita para falar a sra. deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sra. deputada Professora Odete de Jesus, srs. deputados, quero relatar algumas atividades, sr. presidente, nas quais estivemos presentes na última semana. Participamos de vários eventos no vale do Itajaí, os quais, desta tribuna, deputado Valmir Comin, irei destacar.

O primeiro deles aconteceu, deputado Elizeu Mattos, na cidade de Itajaí, quando se reuniram representantes de 11 países para debater o cenário mundial da pesca e da aquicultura. Trata-se da primeira edição da AquapescasBrasil - Feira Internacional da Pesca e Aquicultura do Brasil -, que contou com a presença de diversas autoridades, entre elas o ministro da Pesca, Altemir Gregolin.

A questão do ministério da Pesca e Aquicultura foi debatida no estado de Santa Catarina há oito anos, no município de Itajaí, e estavam presentes, além desta deputada, também o então deputado Volnei Marastoni, grande incentivador do projeto, e o presidente Lula.

Participamos da solenidade de abertura dessa feira internacional que consolida o estado de Santa Catarina como o maior polo pesqueiro do Brasil.

O Brasil, srs. parlamentares, em especial Santa Catarina, que tem um futuro promissor no setor da pesca, ficou abandonado por décadas e encontrou no presidente Lula um grande aliado, pois criou o ministério da Pesca.

Estamos desenvolvendo o setor no estado e vislumbramos a possibilidade de tornarmos, num futuro próximo, um dos maiores produtores de pescado do mundo, gerando assim emprego e renda para a população do país.

Ainda na semana passada, no dia 18, tive a honra de ser homenageada pela Câmara de Vereadores de Gaspar, recebendo o título de cidadã honorária daquele município.

Outras personalidades também receberam essa honraria, como o deputado federal Décio Lima, o ex-governador Luiz Henrique e outras personalidades do município.

Quero, desta tribuna, agradecer à Câmara de Vereadores de Gaspar, em especial ao vereador Jorge Luis Wiltuschnig, bem como aos demais vereadores que compõem aquela Casa Legislativa, por haverem aprovado o nome desta deputada por unanimidade.

Saúdo a população de Gaspar pelo carinho que sempre tem demonstrado com o nosso mandato, reafirmando o compromisso com as demandas trazidas pela comunidade, pelo prefeito Celso Zuchi, que está no comando daquele município, também pela vice-prefeita Mariluci Deschamps Rosa e pelos demais vereadores que representam aquela comunidade.

Fiquei muito feliz com a honraria recebida e tenho pelo município de Gaspar um profundo respeito. Gaspar é uma cidade que se vai transformando com o Instituto Federal de Educação, que garantirá uma educação pública de qualidade; com os encaminhamentos para a construção de uma ponte sobre o rio Itajaí-Açu, há muito tempo desejada, ponte esta que não só vai beneficiar Gaspar, garantindo o desenvolvimento da cidade, mas todos os municípios da região do médio vale do Itajaí; e com a construção da tão sonhada policlínica, sonho há muito acalentado.

Estamos juntos nessas lutas e nessas conquistas para Gaspar crescer juntamente com o Brasil.

Quero registrar por último, sr. presidente, a participação, na última sexta-feira, no município de Taió, de uma audiência pública realizada na comunidade dos assentados daquela cidade, juntamente com o Incra e com o governo federal, que construiu um assentamento com a devida desapropriação das áreas.

Ocorre que agora aquelas famílias que tomaram posse da terra estão sendo tolhidas, deputada Professora Odete de Jesus, do seu direito mais básico, ou seja, o direito de ir e vir.

Fiquei feliz com o telefonema da ouvidoria do Incra, na pessoa do dr. Fernando, que marcou, em conjunto com o prefeito Ademar Dalfovo, com a presidente da Câmara Municipal, vereadora Iara Mariza Bonin, e com a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Taió, na próxima sexta-feira, uma nova reunião, ocasião em que estará presente o proprietário da terra, sr. Celso, para que se possa garantir o direito de ir e vir àquela comunidade, possibilitando que as crianças possam percorrer um curto caminho para frequentar a escola. Por enquanto os acessos ao assentamento estão bloqueados, as crianças não podem ir à escola, e os pais e mães não conseguem ir ao posto de saúde, além do fato de não poderem escoar a sua produção.

Fiz um apelo, como presidente da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher desta Casa Legislativa, no sentido de que resolvamos o problema e acredito que o bom senso das autoridades constituídas prevalecerá na próxima sexta-feira, quando se conseguirá viabilizar a abertura de uma servidão para que as crianças possam ir à escola e para que as mulheres e homens possam trabalhar.

Sabemos dos preconceitos que cercam o Movimento dos Sem-terra, mas não podemos aceitar que os direitos básicos dos cidadãos sejam desrespeitados.

O Incra, sr. presidente e srs. deputados, está fazendo o seu trabalho e é seu

dever garantir livre acesso às pessoas. Espero que na próxima sexta-feira esse direito seja garantido.

Esta Casa esteve presente nessa reunião e também estará na próxima, para que de forma muito tranquila possamos resolver essa situação.

Era o que tínhamos a relatar.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o sr. deputado Silvío Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVÍO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, o assunto que me traz à tribuna no dia de hoje já foi divulgado alguns dias atrás, mais precisamente no dia 18 de novembro. Essa matéria merece registro na Casa por conta da relevância do assunto e acredito que é motivo de preocupação para todos nós, catarinenses.

O *Diário Catarinense* afirma na página que trata da área econômica o seguinte: "Abaixo da Média - SC cresce só 3% em 2008, segundo o IBGE".

Sabemos que a economia brasileira vem crescendo dentro do possível, inclusive até surpreendendo, neste ano, em alguns setores. Santa Catarina, no entanto, não acompanhou a média brasileira, ou seja, está abaixo dessa média. Ou seja: o nosso estado não está conseguindo acompanhar o crescimento econômico brasileiro.

O Brasil vem tendo déficit na balança comercial nos últimos meses. Isso quer dizer que estamos importando mais do que exportando. Santa Catarina acelerou esse déficit da balança comercial, na medida em que diminuiu as exportações de produtos industrializados. E um dos motivos disso é o câmbio, ou seja, a queda acentuada do dólar.

Ao mesmo tempo, deputado Kennedy Nunes, não vemos ações públicas para incentivar as exportações. O que estamos presenciando tanto no cenário nacional, como no estado de Santa Catarina, é a importação de produtos. No caso específico de Santa Catarina, esse problema foi muito acentuado pela aprovação de leis pelo governador anterior, hoje senador eleito, que criou incentivos à importação.

Santa Catarina dá incentivos às empresas para se instalarem no estado e operar em nossos portos. Ou seja, a empresa que se instala em Santa Catarina para importar tem um abatimento de 20% na sua carga tributária. Automaticamente, para cá acorrem várias empresas com o intuito de importar e redistribuir para outros estados. Obviamente que na medida em que mais se importa, menos oportunidades dá-se ao povo catarinense, menos emprego e renda se gera, menos profissionais têm chances de fazer carreira, menos valor é agregado aos nossos produtos.

Essa é uma política, na minha avaliação, para longo prazo, e não é o que desejamos, não é o que o povo catarinense espera. O povo catarinense espera o contrário, ou seja, que se incentive quem produz no estado, quem produz no Brasil. O que nós precisamos é exportar mais do que importar. Obviamente que há efeitos bons, pois compramos máquinas e equipamentos. Esse é o lado bom! Mas ao comprar manufaturados de outros países estamos deixando de oportunizar emprego à nossa gente.

Eu espero que a nova presidente implemente políticas públicas para incentivar as exportações e dar oportunidade para o Brasil

exportar para um mundo que está consumindo bastante.

É bem verdade que se a queda do dólar tem criado esse problema, ao mesmo tempo as taxas de juros que o Brasil oferece, que são as mais altas do mundo, atraem o capital especulativo, não dando oportunidade ao nosso empreendedor de utilizar recursos para produzir mais, de utilizar a capacidade total de sua empresa e de diminuir seus custos de produção. Ao contrário, não há sinalização de redução da carga tributária, ou seja, de diminuição de impostos para dar mais competitividade ao setor produtivo brasileiro.

Em Santa Catarina acreditamos que o governador eleito deva repensar essa política de atrair importadores e não criar oportunidades ao nosso produtor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Gilmar Knaesel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente deputado Valmir Comin, que preside a sessão neste momento, srs. deputados, quero dar conhecimento ao plenário e a todos os catarinenses que estamos dando entrada a um projeto de lei que talvez seja o mais esperado pela área cultural de nosso estado.

Ao longo de muitos anos, todos da área cultural do nosso estado, os artistas, as entidades, o *trade* cultural, buscam uma política perene, uma política que possa dar, em primeiro lugar, tranquilidade e, ao mesmo tempo, ser sequencial, não dependendo apenas de um governo, de um secretário ou de um presidente de entidade.

Por isso, entendendo e atendendo a esse anseio de tantos anos, estamos dando entrada a um projeto de lei que institui o Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura e adota outras providências.

(Passa a ler.)

"A criação de editais permanentes de incentivo à cultura proporcionará a promoção da dança, das artes plásticas, da cultura popular, das letras, da música, enfim, de toda a cadeia cultural de nosso estado. Ainda ajudará na formação de novos artistas, na formação de público e irá gerar emprego e renda nesse setor.

A transformação do Edital Elisabete

Anderle de Estímulo à Cultura em lei fará com que o nosso estado tenha, definitivamente, uma política para o setor cultural.

Caros deputados e deputadas, o presente projeto visa consolidar o programa de editais já instituído durante nossa gestão como secretário, em parceria com o Conselho Estadual de Cultura e com a Fundação Catarinense de Cultura. E quero fazer aqui uma menção especial ao Conselho Estadual de Cultura, presidido à época pelo eminente poeta e advogado Péricles Prade e agora dirigido por Edson Busch Machado.

Em 2008 lançamos a primeira edição do edital, que contemplou 189 projetos de todo o estado de Santa Catarina. Acho que esse é um dado interessante, importante e que atingiu as 36 secretarias de Desenvolvimento Regional do nosso estado, portanto, dentro da política de descentralização, oportunizando ao artista, ao meio cultural do interior do nosso estado também um acesso ao recurso público.

Na condição de secretário de estado da Cultura, Turismo e Esporte tive a oportunidade de conduzir um processo que, além de resultar em um grande diagnóstico de todas as áreas de Santa Catarina, também concluiu com um plano de longo prazo para as três áreas, legitimado pela participação popular e pelos segmentos representativos nas diversas regiões do estado. Tal pesquisa resultou no Plano de Desenvolvimento Integrado do Lazer - PDIL -, que foi transformado na Lei n. 13.792.

Dessa feita, alicerçado nos programas e projetos instituídos no PDIL, pretende-se, de forma democrática, estimular a produção, a circulação, a pesquisa, a formação, a preservação e a difusão da arte e dos artistas catarinenses.

É um programa de fomento à cultura, direcionado às artes populares, artes visuais, dança, letras, música, patrimônio cultural e teatro. Preliminarmente, os projetos inscritos deverão ser analisados sob os aspectos do interesse cultural, devendo apresentar indícios de transformações estéticas, nunca esquecendo o aspecto social inerente a toda arte, porque toda arte é transformadora de realidades, transformadora de mundos, ajudando na construção da cidadania.

Será criada também, através da regulamentação por decreto, a Comissão de Organização e Acompanhamento e a Comissão de Seleção visando à democratização e à transparência do programa.

Quanto ao nome que se dá ao Edital Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura, vale aqui lembrar que a professora Elisabete Anderle o conquistou durante toda a vida e legitimou no breve período em que esteve como presidente da Fundação Catarinense de Cultura, quando se dedicou integralmente à causa da cultura catarinense, revelando-se uma alma elevada que conciliava qualidades de forma singular. Era culta e humilde, erudita e simples, elegante e despojada, apaixonada e sutil, generosa e justa. Mas a sua maior qualidade, que é uma das virtudes da humanidade, foi a de ouvir e aprender ensinando. Sua partida prematura abreviou o tempo que teria para implantar as políticas culturais que havia planejado.

Esse programa de editais é um dos seus legados, razão que nos leva a solicitar a todos os membros desta Casa Legislativa a aprovação do presente projeto de lei."

Quero dizer que tenho certeza de que na sua tramitação o projeto de lei terá o apoio de todos os deputados, porque se não dermos a esse segmento tranquilidade para que ele tenha certeza de que anualmente poderá buscar recursos públicos para seus projetos, cada vez mais as pessoas abandonarão o setor e procurarão sobreviver em outras áreas. No entanto, ficarão extremamente frustradas, porque quem trabalha na área cultural o faz por aptidão, por acreditar que um dia seu trabalho será reconhecido.

Tenho certeza absoluta de que ainda este ano haveremos, neste plenário, de aprovar esse projeto, transformá-lo em lei e com isso dar à cultura catarinense aquilo há tantos anos ela espera, ou seja, uma política cultural perene, uma política cultural transparente, uma política cultural que não discrimine.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

## ATOS DA MESA

### ATOS DA MESA

#### ATO DA MESA Nº 518, de 24 de novembro de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **GRASIELE DE FATIMA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 5122, do cargo de Assessor Parlamentar, código PL/DAS-7, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 17 de novembro de 2010 (MD - Gabinete da Presidência).

Deputado **GELSON MERÍSIO** - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 519, de 24 de novembro de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,

**NOMEAR SÉRGIO JOSÉ GODINHO**, matrícula nº 3991, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, código PL/DAS-7, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 17 de novembro de 2010 (MD - Gabinete da Presidência).

Deputado **GELSON MERÍSIO** - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

# PUBLICAÇÕES DIVERSAS

## ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

### ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia vinte e três de novembro de dois mil e dez, sob a Presidência do Deputado Marcos Vieira, reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Elizeu Mattos, Sargento Amauri Soares, Antônio Aguiar, Marcos Vieira, Antônio Ceron, Dirceu Dresch, Joares Ponticelli. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em discussão e votação as Atas da 22ª e 23ª Reunião Ordinária que foi aprovada por unanimidade. O **Deputado Marcos Vieira** relatou os Projetos de Lei nºs 0268.5/2010 e o 0273.2/2010 exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei Complementar nº 0041.5/2010 exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Antônio Aguiar e Dirceu Dresch e o Projeto de Lei nº 0604.1/2009 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. O **Deputado Antônio Aguiar** relatou o Projeto de Lei nº 0178.4/2010 exarou parecer com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei Complementar de nº 034.6/2010 exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0349.5/2010 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0333.8/2010 exarou parecer com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0351.0/2010 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0135.4/2010 exarou parecer com emenda modificativa, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch e o Projeto de Lei nº 0349.5/2010 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Elizeu Mattos** relatou o Projeto de Lei nº 0203.0/2010, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista ao gabinete do Deputado Dirceu Dresch, o Projeto de Lei nº 0399.4/2010 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria, o Projeto de Lei nº 0143.4/2010 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0202.9/2010 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria, o Projeto de Lei nº 0552.6/2009 exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Joares Ponticelli e o Projeto de Lei nº 0380.4/2009 exarou parecer favorável com emendas aditiva e modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Sargento Amauri Soares** relatou o Projeto de Lei nº 0337.1/2010 exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão, foi cedido pedidos de vista em gabinete aos Deputados Dirceu Dresch e Elizeu Mattos, o Projeto de Lei nº 0177 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0336.0/2010 exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Dirceu Dresch** relatou o Projeto de Lei nº 0275.4/2010, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0360.0/2010 exarou parecer favorável com emenda aditiva, que posto em discussão, foi cedido pedidos de vista em gabinete aos Deputados Marcos Vieira, Antônio Ceron e Antônio Aguiar, o Projeto de Lei nº 0311.2/2010 exarou parecer de voto de vista pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0309.8/2010 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Joares Ponticelli** relatou o Projeto de Lei Complementar nº 039.0/2010 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei Complementar nº 0046.0/2010 exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Antônio Aguiar, o Projeto

de Lei nº 0241.5/2010 exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Antônio Ceron, o Projeto de Lei nº 011.4/2010 exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e os Projetos de Lei nºs 0345.1/2010, 0350.9/2010 e 0342.9/2010 exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O **Deputado Romildo Titon** relatou o Projeto de Lei nº 0355.3/2010 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0047.5/2008 exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch, a Medida Provisória de nº 0186/2010 exarou parecer pela admissibilidade, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete aos Deputados Joares Ponticelli, Dirceu Dresch, Antônio Ceron e Antônio Aguiar, os Projetos de Lei nº 0356.4/2010, 0291.4/2010, 0354.2/2010, 0344.0/2010, 0359.0/2010, 0352.0/2010, 0353.1/2010 e 358.6/2010 exarou parecer favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. A presente reunião foi encerrada e agendada reunião extraordinária para o dia seguinte, às 14: hs. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou à reunião, do qual, eu, Roberio de Souza, Chefe de Secretaria lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, e posteriormente, publicada no Diário desta Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 2010.

Deputado Romildo Titon

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia dezesseis de novembro do ano de dois mil e dez, sob a Presidência do Deputado Manoel Mota, amparado no § 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Sexta Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à 4ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura. Foi registrada a presença dos Deputados Manoel Mota, Elizeu Mattos, Antônio Ceron - substituindo o Deputado Jean Kuhlmann- e Altair Guidi. Na seqüência, o Senhor Presidente colocou em discussão a ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade. O Presidente deu conhecimento do recebimento do processo Ofício Circular nº 174/2010 - DIEX/AGESC, sobre questionamentos do Ministério Público/SC - ICP - Inquérito Civil Público nº 06.2010.003799-0, sobre possíveis irregularidades na nomeação de Conselheiros da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina. Foram distribuídas cópias do processo a todos os membros da Comissão. Em seguida, passou à discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 0115.0/10; 0138.7/10; 0215.3/10; 0238.0/10; 0257.2/10; 0258.3/10; 0259.4/10; 0261.9/10; 0290.3/10; 0304.3/10; 0307.6/10; 0316.7/10; 0326.9/10; 0332.7/10; 0333.8/10; 0341.8/10 - com pareceres favoráveis, aprovados por unanimidade e os Ofícios nºs 0036.9/10; 0038.0/10; 0046.0/10, 0063.1/10, 0065.3/10, 0117.9/10, 0135.0/10, 0136.1/10; 0168.9/10; 0194.0/10; 0209.1/10; 0275.0/10; 0277.2/10; 0288.5/10; 0293.2/10; 0294.3/10; 0295.4/10; 0341.4/10; 0355.0/09; 0416.6/10; 0422.4/10; 0456.3/10; 0459.6/10; 0466.5/10; 0472.3/10; 0496.0/10; 0500.1/10; 0502.3/10; 502.3/10; 0505.6/10; 0509.0/10; e os Ofícios nºs 0044.9/10; 0222.9/10; 0305.0/10; 0384.4/08; 474.5/10; 0476.7/10; 0480.3/10; 494.9/10; 497.1/10; 0506.7/10; 0510.3/10; 0515.8/10; com pareceres pelo Diligenciamento, aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Manoel Mota

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

**AVISO DE LICITAÇÃO****AVISO DE LICITAÇÃO**

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2010

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DO PALÁCIO BARRIGA-VERDE (MATERIAIS ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURAS E FERRAGENS).**

**DATA:** 08/12/2010 - **HORA:** 09:00 horas

**ENTREGA DOS ENVELOPES:** Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 08 de dezembro de 2010. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico ([www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)).

Florianópolis, 25 de dezembro de 2010.

Lonarte Sperling Veloso  
Coordenador de Licitações

\*\*\* X X X \*\*\*

**AVISO DE RESULTADO****AVISO DE RESULTADO**

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 1635/2010, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 051/2010, obteve o seguinte resultado:

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE 1100 LICENÇAS DE SOLUÇÃO PARA PROTEÇÃO CORPORATIVA CONTRA VÍRUS, TROJANS, WORMS, SPYWARES, ADWARES, ROOTKITS E OUTROS - INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO COM ATENDIMENTO "ON LINE" E "ON SITE".**

**LOTE ÚNICO**

EMPRESA VENCEDORA: TRUEIT COM. DE PROD. E SUPR. DE INFORM. LTDA ME

Valor Total do Último Lance: R\$ 41.950,00

Florianópolis, 24 de novembro de 2010

ANTONIO HENRIQUE C. BULCÃO VIANNA  
PREGOEIRO

\*\*\* X X X \*\*\*

**DECRETO LEGISLATIVO****DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.293, de 24 de novembro de 2010**

Declara insubsistente a Medida Provisória n. 185, de 2010, que "Altera o art. 1º da Lei n. 13.721, de 2006, que autoriza ao Poder Executivo a delegar serviços públicos na área de trânsito e estabelece outras providências".

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, nos termos do art. 48, inciso VII, da Constituição do Estado e do art. 312 do Regimento Interno,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada insubsistente a Medida Provisória n. 185, de 04 de novembro de 2010, que "Altera o art. 1º da Lei n. 13.721, de 2006, que autoriza ao Poder Executivo a delegar serviços públicos na área de trânsito e estabelece outras providências".

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 24 de novembro de 2010

Deputado Gelson Merísio

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

**EXTRATOS****EXTRATO Nº 169/2010**

REFERENTE: Contrato CI n.º 058/2010, celebrado em 23/11/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Absoluto Divisórias e Pisos Ltda.

OBJETO: reambientação do espaço físico onde funciona a Diretoria de Comunicação Social da ALESC, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra especializada, transferência das ilhas de edição, switch e outros serviços.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Lei 10.520/02; Pregão Presencial nº 046/2010;

Autorização para Processo Licitatório n.º 0082/2010, partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.

Florianópolis, 23 de novembro de 2010.

Deputado Gelson Merísio - ALESC.

Vânio Inácio Junckes - Sócio

\*\*\* X X X \*\*\*

**EXTRATO Nº 170/2010**

REFERENTE: Contrato CI n.º 054/2010, celebrado em 17/11/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: INTERSYSTEMS DO BRASIL LTDA.

OBJETO: Aquisição de licenças de software (banco de dados Caché) e prestação de serviços mediante suporte técnico e atualização das funcionalidades compreendendo:

- Renovação de suporte técnico para 100 (cem) licenças do Banco de Dados Caché Elite;

- Aquisição de Licenças para 10 (dez) usuários (licença e desenvolvimento) Banco de Dados Caché Elite, com suporte técnico e atualização durante 12 (doze) meses, contados da data da assinatura deste instrumento;

- Aquisição da **FUNCIONALIDADE SHADOW ADD-ON** para as 100 (cem) licenças do Banco de Dados Caché Elite;

- Contratação de serviços de suporte técnico e atualização da **FUNCIONALIDADE SHADOW ADD-ON** para as 100 (cem) licenças do Banco de Dados Caché Elite.

- A prestação de serviços de suporte técnico ao banco de dados Caché, incluindo atualizações de versões do software e atendimento telefônico, será efetuado em dias úteis das 08:00 as 18:00 h.

- A prestação dos serviços de suporte técnico terá a finalidade de apoiar à Contratante nas questões relacionadas à operação do software objeto do presente Contrato, consistindo na análise e eliminação de eventuais falhas identificadas e que sejam decorrentes exclusivamente do software, sendo que a Contratada terá até 04 (quatro) horas para responder o chamado, devendo a solução dos problemas ocorrer no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após o atendimento.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, I, da Lei n.º 8.666/93; Autorização para Processo Licitatório n.º 077/2010 e; Inexigibilidade de Licitação nº 016/2010.

Florianópolis, 17 de novembro de 2010.

Deputado Gelson Merísio - ALESC.

Carlos Eduardo Kuhl Nogueira- Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**Extrato Nº 171/2010**

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação CL nº 016/2010, celebrado em 22/10/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Intersystems do Brasil Ltda.

OBJETO: Aquisição de software (banco de dados caché elite e prestação de suporte técnico), compreendendo: Renovação do suporte técnico para 100 licenças do banco de dados caché elite; aquisição de 10 licenças do banco de dados caché elite; aquisição da funcionalidade shadow ADD-On para 100 licenças do banco de dados elite e serviços de suporte técnico e atualização da funcionalidade Shadow ADD-ON para 100 licenças do banco de dados caché elite.

VALOR GLOBAL: R\$60.309,17 (sessenta mil trezentos e nove reais e dezessete centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, I, da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 0077/2010.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1369 (Manutenção, Serviços e Equipamentos de Informática) e Item Orçamentário 3.3.90.39.00 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica).

Florianópolis, 22 de outubro de 2010.

Deputado Gelson Merísio - Presidente ALESC

\*\*\* X X X \*\*\*

**Extrato Nº 172/2010**

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação CL nº 021/2010, celebrado em 25/11/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Associação dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina- AFALESC

OBJETO: Quota de patrocínio no Seminário Nacional de Integração dos Funcionários das Assembleias Legislativas Estaduais, das Câmaras de Vereadores e dos Sindicatos das respectivas categorias.

VALOR GLOBAL: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 13, inciso V, Art. 25 da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa através do Processo Licitatório nº 094/2010-LIC.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica).

Florianópolis, 25 de novembro de 2010.

Deputado Gelson Merísio - Presidente ALESC

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>OFÍCIOS</b>
----------------

**OFÍCIO Nº 527/10****MANUTENÇÃO DA LEI DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL**

Associação de Pais e Amigos das Crianças Portadoras de Neoplasia  
Lei Nº 13947/07

**1) Plano de ação****Finalidades estatutárias**

- a) Oferecer atendimento especializado para Crianças e Adolescentes Portadoras de Neoplasia e suas famílias, visando oportunizar a reabilitação física, psicológica e social;
- b) Atuar na defesa e garantia dos direitos humanos e de cidadania das Crianças e Adolescentes Portadores de Neoplasia e suas famílias;
- c) Proporcionar serviços e benefícios de assistência social gratuitamente para as Crianças e Adolescentes Portadores de Neoplasia e suas famílias em situação de risco e vulnerabilidade social;
- d) Viabilizar a inserção das crianças e Adolescentes Portadores de Neoplasia e suas famílias nas políticas sociais públicas;
- e) Oferecer condições para que o público alvo integre-se na sociedade através de promoções sociais, culturais e esportivas;
- f) Promover campanhas para angariar fundos que servirão de investimentos nos projetos desenvolvidos pela entidade em benefício das crianças e Adolescentes Portadores de Neoplasia e suas famílias;
- g) Viabilizar articulação e buscar parcerias com Instituições de ensino superior, e/ou Instituições públicas e privadas, bem como com voluntários para oferecimento de serviços gratuitos de fisioterapia, educação, ações sócio-educativas e de lazer, semi-profissionalização, profissionalização, e de saúde para o público alvo;
- h) Promover o ingresso da Crianças e Adolescentes Portadores de Neoplasia no mercado de trabalho;
- i) Promover intercâmbio com entidades congêneras para atuar na promoção da defesa e garantia de direitos humanos e de cidadania do segmento de Crianças e Adolescentes Portadores de Neoplasia e de patologias e suas famílias, na organização coletiva das entidades na defesa de seus interesses em comum;
- j) Oferecer hospedagem para crianças e adolescentes, de outros municípios, portadoras de outras patologias, quando houver disponibilidade de vaga.

**Objetivos**

Proporcionar melhor qualidade de vida às crianças e adolescentes portadores de neoplasia e sua famílias, em situação de vulnerabilidade social

Oferecer as crianças, adolescentes e suas famílias condições necessárias ao equilíbrio psíquico e emocional.

Proporcionar condições adequadas ao tratamento.

Oferecer condições necessárias a superação das vulnerabilidades sociais.

**Origem dos recursos****Abrangência Territorial**

Blumenau e Vale do Itajaí

**Projeto - Demonstrativo de participação**

MODALIDADE DE ATENDIMENTO	AÇÃO DESENVOLVIDA
Projeto de apoio e enfrentamento a doença para crianças e adolescentes portadores de neoplasia e suas famílias.	Ações sócio assistenciais as crianças e adolescentes portadores de neoplasia, bem como suas famílias
<p>As crianças e adolescentes portadores de neoplasia acessam a Casa de Apoio quando da consulta ou internação no Hospital Santo Antonio, e também quando da constatação de um diagnóstico, através de profissional médico que encaminha à entidade.</p> <p>Na Casa de Apoio às famílias são acolhidas por um profissional de Serviço Social que realiza uma entrevista de cadastro, identificando peculiaridades, suas necessidades, e demandas, traçando um perfil sócio econômico.</p> <p>Procura-se também conhecer as condições de sobrevivência e de enfrentamento de suas necessidades, através da participação nos grupos da entidade, de visitas domiciliares, de abordagens individuais traçando estratégias em conjunto para superação de suas demandas e vulnerabilidades.</p> <p>São feitas também articulações com outras Organizações não Governamentais, e/ou serviços governamentais, para encaminhamento e orientações.</p> <p>Para oferecer às crianças, adolescentes e suas famílias condições necessárias ao equilíbrio psíquico e emocional a entidade se propõe em manter e ampliar os grupos de apoio psicossocial às famílias, realizado uma vez por mês e organizado pela psicóloga e assistente social, em que são abordado as limitações impostas pelo tratamento, a aceitação do tratamento, os cuidados, frustrações, dor. São também realizados grupos de recreação para crianças e adolescentes em datas festivas como: Páscoa, Dia das Crianças, Natal, propondo-se a ampliar estes encontros de forma periódica, buscando assim ações de promoção à saúde, em que a doença não é o foco e sim a possibilidade do tratamento, do convívio familiar, de expressar alegria, de dividir experiências.</p> <p>A Casa de Apoio busca conhecer os serviços e o tratamento oferecido pelo SUS, identifica as necessidades clínicas em relação a este e busca recursos com o Ministério Público e Conselho Tutelar, para efetivação dos tratamentos não oferecidos pelo SUS. As principais demandas apresentadas são para medicações especiais e exames de alta complexidade.</p> <p>Através dos funcionários e voluntários, mantém-se também periodicamente contato e visitas aos internados no Hospital e crianças e adolescentes em quimioterapia ambulatorial.</p> <p>Organiza-se assembleias um sábado por mês, em que procura-se esclarecer sobre as políticas públicas, formas de organização e mobilização para garantir a efetivação dos direitos sociais, além de palestra sócio educativas, com assuntos relativos às diversas neoplasias e outros.</p> <p>Com o objetivo de oferecer condições adequadas de superação das vulnerabilidades sociais a entidade tem como estratégia manter e ampliar os grupos de aprendizado de produtos artesanais e a instrumentalização das famílias sobre os princípios da economia solidária. Manter a venda dos produtos na própria entidade e em feiras e eventos, valorizando o produto da participante que não pode comparecer nos grupos devido o tratamento do filho, mas produz em sua residência ou no hospital.</p> <p>Propõe-se a incluir nas assembleias e nas reuniões de Diretoria a avaliação do processo metodológico, discutindo a necessidade de profissionalização das ações e do atendimento, a condução dos grupos e outros aspectos relevantes.</p>	

Convenio com Fundo Municipal e FIA

Entidades Mantenedoras: Casa da Amizade e Afisvale

Doações das empresas privadas através do nosso projeto social.

Convênio com a Celesc (doação da conta da Luz)

Eventos: Pedágio - uma vez por ano nas principais sinaleiras da cidade

Jantar e/ou Café Beneficente - uma vez por ano, com venda dos convites

Brechó - permanente, venda de roupas novas e usadas repassadas para a entidade.

**Infraestrutura**

A Associação está instalada em uma casa própria de 325 metros quadrados, que possui: dois quartos para alojamentos com oito leitos, uma sala de Psicologia, uma sala para o Serviço Social, uma recepção, uma sala para a administração, uma sala para desenvolvimento de trabalhos em grupo, um banheiro masculino, um feminino, um para funcionários, uma cozinha, um refeitório, uma despensa, sala de computação e televisão, um almoxarifado de alimentos e uma área de serviço. Possui também uma sala para a loja de brechó de roupas novas e usadas e produtos do Clube de Mães.

**Identificação Projeto** - Público Alvo

Crianças e adolescentes portadores de neoplasias e suas famílias.

**Capacidade de Atendimento** - 60 famílias

**Recursos Financeiros** - Média do ano de 2009

Convenio Fundo Municipal - R\$ 6.174,00/ano

FIA - R\$ 18.440,00/ano

Entidades Mantenedoras - R\$ 14.112,00/ano

Doação empresas privadas - R\$ 26.400,00/ano

Convênio Celesc - R\$ 2.200,00/ano

Pedágio - R\$ 21.800,00/ano

Café Beneficente - R\$ 8.000,00/ano

Brechó Permanente - R\$ 78.907,00/ano

**Recursos Humanos**

Assistente Social	Nível superior	30 hr semanais	CLT
Gerente Adm	Nível Médio	40 hr semanais	CLT
Psicóloga	Nível Superior	12 hr semanais	CLT
Auxiliar Serviços Gerais	Nível Fundamental	40 hr semanais	CLT
Zelador	Nível Fundamental	30 hr semanais	CLT

01	Dentista	Nível Superior	Depende da demanda	Voluntário
01	Advogado	Nível Superior	Não é fixo depende demanda	Voluntário
06	Atendente	Nível Médio	04 horas semanais	Voluntário
01	Professora Artesanato	Nível médio	04 horas semanais	Voluntário
04	Visitadores Hospitalares	Nível fundamental e Médio	04 horas semanais	Voluntário

INDICADORES DE AVALIAÇÃO:		
Atividade	Indicador Quantitativo e/ou Qualitativo	Meio de Verificação
Atendimento psicossocial em grupo e individual.	Número de grupos e atendimentos realizados, Grau de interesse dos participantes.	Lista de presença, relatórios mensais das atividades dos profissionais. Relatos pessoais, observação dos profissionais.
Encaminhamento a serviços especializados e de referência quando necessário.	Número de encaminhamentos realizados e número de abordagens realizadas.	Relatórios mensais das atividades, resolatividade dos encaminhamentos
Ações Sócio Educativas e de recreação às crianças e adolescentes	Número de atividades realizadas e diversificação. Nível de satisfação dos participantes.	Lista de presença, relatórios mensais de atividades, relatos pessoais, observação dos profissionais.
Assembléias de associados.	Número de assembléias. Inserção de temas sobre diversas neoplasias, políticas públicas e direitos sociais.	Relatórios mensais, atas, lista de presença. Relatos pessoais, observação dos profissionais.
Atendimento multiprofissional para orientação quanto aos direitos sociais e a forma de acessá-los.	Número de orientações, e encaminhamentos. Grau de interesse da família.	Relatórios, resolatividade dos encaminhamentos. Relatos, observação dos profissionais.
Encaminhamento de demandas não oferecidas pelo SUS ao Ministério Público e Conselho Tutelar	Número de orientações e encaminhamentos. Grau de interesse da família	Relatórios mensais, resolatividade dos encaminhamentos. Relatos pessoais, observação dos profissionais, avaliação escrita e verbal.
Manter e ampliar os grupos de aprendizado de produtos artesanais.	Grau de aceitação dos produtos no mercado	Qualidade dos produtos desenvolvidos. Livro caixa das vendas realizadas.
	Número de participantes em atividades.	Observação dos participantes, avaliação verbal dos compradores.
Desenvolver grupos de geração de renda	Números de grupos. Grau de interesse da família. Melhora na renda familiar	Relatos pessoais, observação dos profissionais, avaliação verbal e escrita.
Manter o bazar em funcionamento, intensificar a participação da Casa em eventos, feiras e briques	Intensificar a participação em eventos na comunidade Grau de satisfação com as atividades desenvolvidas	Manter agenda de eventos anuais atualizada; Inscrever a Casa de Apoio nos eventos da comunidade; Número de associados, listas de presença, avaliação

Luvenira S. T. Gonçalves  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 24/11/10

#### OFÍCIO Nº 528/10

Conselho Comunitário Ponte do Imaruim 2009-2012  
Acreditar Agir Desenvolver  
Rua 31 de Março, sn - Ponte do Imaruim Palhoça - CEP 88130-350 SC - Brasil  
CNPJ 83.720.631/0001-02 - Fundado em 27/09/1978  
(48) 3242-3467  
Senhor Deputado  
Ponte do Imaruim - Palhoça, 05 de outubro de 2010.  
Ofício nº 104/10  
Ilmo Senhor  
**Dep. Manoel Mota**  
DD. Deputado Estadual  
Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos Florianópolis - SC  
Senhor Deputado  
Cumprimentando-o cordialmente, encaminhamos a documentação para validação do Certificado de Utilidade Pública Estadual, conforme preconiza a Lei 14.182, de 01/11/2007:  
- Relatório de Atividades do ano de 2009  
- Relatório Financeiro de 2009  
- Cópia do Estatuto  
- Declaração do Presidente  
Sendo o que há para o momento, ficamos a disposição para qualquer informação adicional que se faça necessária.  
Ao ensejo reiteramos protestos do mais elevado apreço.  
Atenciosamente  
Adriano Mattos  
Presidente do CCPI -  
[presidencia@ccpi.org.br](mailto:presidencia@ccpi.org.br)  
Lido no Expediente  
Sessão de 24/11/10

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PORTARIAS

##### PORTARIA Nº 1664, de 25 de novembro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DESIGNAR** a servidora **ANA LUCIA COELHO MIGNONI BOTELHO**, matrícula nº 1104, do Quadro de Pessoal da Assembleia

\*\*\* X X X \*\*\*

Legislativa, para exercer, em substituição, a função Assessoria Técnica - Consultoria, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, JULIO CESAR DE SOUZA, que se encontra de licença médica, a contar de 1º de novembro de 2010 (Consultoria Legislativa).  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

##### PORTARIA Nº 1665, de 25 de novembro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** a servidora **AIDA CUNHA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 2126, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-58, na DL/CC- Comissão de Legislação Participativa.  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

##### PORTARIA Nº 1666, de 25 de novembro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

**INCLUIR** na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Waldomiro Andrade	4752	3%	3%	16/11/10	2300/10
Olga Kozowski Mielke	5601	3%	3%	06/11/10	2301/10
Sandro Marcio Andrade do Herval	4496	3%	6%	16/11/10	2304/10
Daniela Cristina Pereira	4470	3%	6%	15/11/10	2305/10

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1667, de 25 de novembro de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

**INCLUIR** na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Solange Bernadete Gasparetto	5625	3%	3%	01/11/10	2296/10
Alirio Nunes Anselmo	4247	3%	3%	18/11/10	2297/10
Ana Paula de Souza	5553	3%	3%	16/11/10	2298/10
Ines Wollinger da Conceição	4027	6%	6%	01/10/10	2299/10

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1668, de 25 de novembro de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2290/2010,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

**CONCEDER** ao servidor **PTOLOMEU BITTENCOURT JÚNIOR**, matrícula nº 1020, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 11/04/1980 a 14/02/1982 e de 18/03/2007 a 10/05/2010.

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1669, de 25 de novembro de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO** aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
1129	Bonifacio Thiesen	07/11/05	06/11/10	2291/10
0540	Iara Bertemes Capraro	12/11/05	11/11/10	2293/10
0860	Rosimilia Lima Fonseca	22/10/05	21/10/10	2292/10
1930	Gilberto Luiz Helfenstein	17/11/05	16/11/10	2294/10
2004	Julio Cesar de Sousa	13/11/05	12/11/10	2295/10
1424	Jero dos Passos Espindola	07/11/05	06/11/10	2338/10

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1670, de 25 de novembro de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

**DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 043/2010 (**Republicação**)

Matr	Nome do Servidor	Função
1877	Antônio Henrique C. Bulcão Viana	Pregoeiro
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
0947	Valter Euclides Damasco	
1998	Bernadete Albani Leiria	
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>PROJETOS DE LEI</b>
------------------------

**PROJETO DE LEI Nº 368/2010**

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Morar Bem I - Amobem, de São José.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores do Morar Bem I - Amobem, com sede no município de São José.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- II - Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Onofre Santo Agostini

Lido no Expediente

Sessão de 24/11/10

**JUSTIFICATIVA**

Trago à consideração deste Parlamento proposta de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação de Moradores do Morar Bem I, com sede no município de São José.

Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, constituída com a finalidade de articular a luta pelas reivindicações da população para promover a participação dos associados na conquista de melhores condições de vida.

Assim, por entender que a declaração de utilidade pública servirá como incentivo àquela entidade, solicito os nobres Pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 369/2010**

Denomina Rodovia Prefeito Dorvalino José Rech o trecho da SC-283 entre os municípios de Seara e Chapecó

Art. 1º Fica denominado Rodovia Prefeito Dorvalino José Rech o trecho da SC-283 entre os municípios Seara e Chapecó

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões,

Deputado Flávio Ragagnin

Lido no Expediente

Sessão de 24/11/10

**JUSTIFICATIVA**

O presente projeto de lei pretende homenagear o ex-prefeito de Seara, Dorvalino José Rech, falecido no dia 24 de agosto de 2010, e perpetuar a imagem desse homem que lutou pelos catarinenses do Alto Uruguai.

Dorvalino José Rech nasceu no município de Casca (Guaporé), no Rio Grande do Sul, em 11 de dezembro de 1930, filho de Vicente Rech e Ângela Broetto Rech. No dia 3 de abril de 1931, chegou em Seara, então Nova Milano. No ano de 1951 casou-se com Maria Eugênia Serafim Rech, primeira professora de Seara, com quem teve cinco filhos: Dianete, Janete, Margareth, Elizabeth e Jânio Vicente e, ao

falecer, tinha 09 netos e 02 bisnetos. Foi agricultor, carroceiro, ferreiro e barbeiro.

No ano de 1951, foi nomeado pelo Governador do Estado, Irineu Bornhausen, Juiz de Paz do Distrito de Seara. No ano de 1954, foi nomeado, pelo Prefeito Provisório Osny Amaro Romão, como Auxiliar de Estatística. No final de 1954, foi nomeado, pelo Prefeito eleito Blágio Aurélio Paludo, como Auxiliar de Estatística, com a função gratificada de Secretário da Junta de Alistamento Militar. Foi durante vinte anos jurado na Comarca de Concórdia. Foi fundador e tesoureiro da Associação Rural de Seara, atual Copérdia. Fundador e gerente da Casa Milano. Diretor da Mecânica Milano. Fundador do Lions Club. Sócio, fundador e Presidente do Rotary Club e da SER Searaense. Sócio fundador do Clube Juventus. Presidente do partido político UDN (União Democrática Nacional). Presidente do Sindicato dos Bancários de Santa Catarina. Funcionário do Banco INCO (Banco Indústria e Comércio).

Era um líder político que foi eleito em 1972 Prefeito Municipal de Seara, assumindo em 31 de janeiro de 1973, e exercendo o mandato até 1º de fevereiro de 1977. Entre suas obras está a construção do Paço Municipal (prédio da Prefeitura Municipal); a criação da Biblioteca Pública Municipal "Carlos Armando Paludo", pela Lei nº 102, de 23 de maio de 1973; criação e instalação do Segundo Grau no Município, na Escola Santo Paludo que passou a chamar-se Colégio Lothar Kriek, hoje Colégio Seara. Também foram criadas e construídas 9 Escolas Municipais. Conseguiu a instalação do Banco do Brasil em Seara, bem como a criação e construção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Na sua vida pública, deu atenção especial aos agricultores, abrindo estradas e construindo pontes, beneficiando sobremaneira o escoamento da produção.

Pelo exposto, conclamo o apoio dos nobres Deputados para o acolhimento da presente proposta.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 370/2010

Dispõe sobre a proibição de comercialização de tintas *spray* para menores de 18 anos e dá outras providências.

Art. 1º Fica proibida a comercialização de tintas em embalagens tipo *spray*, no Estado de Santa Catarina, para menores de 18 dezoito anos.

Parágrafo único. O material citado no *caput* só poderá ser vendido a maiores de 18 dezoito anos, mediante apresentação de documento de identidade.

Art. 2º O descumprimento ao disposto nesta Lei implicará em multa ao estabelecimento infrator, por unidade de *spray* comercializada, a ser aplicada da seguinte forma:

I - multa de R\$ 1.000,00 (hum mil reais);

II - em caso de reincidência, serão acrescidos 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da multa constante no inciso I;

III - aplicadas as penalidades previstas nos incisos I e II, e identificada nova infração pelo mesmo estabelecimento, implicará em suspensão do alvará de funcionamento por 30 dias; e

IV - verificada a reincidência do estabelecimento, após a aplicação da penalidade constante do inciso anterior, a este será imposta pela autoridade competente a cassação do seu alvará de funcionamento ou de qualquer ato administrativo que lhe tenha permitido funcionar.

Art. 3º É obrigatório aos estabelecimentos afixar, nos locais em que seja comercializado o produto referido nesta Lei, ou similar, mensagem de advertência sobre a proibição.

Art. 4º A fiscalização do cumprimento desta Lei será de responsabilidade da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará essa Lei no prazo de noventa dias, a partir de sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 24/11/10

#### JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei que visa coibir a crescente moda de "pichação" em edificações de nosso Estado, principalmente nos prédios e monumentos públicos, que sofrem com essa agressão injustificável.

A proibição da venda a menores, comprovadamente os maiores usuários do *spray* para essa finalidade, e que quando descobertos ficam impunes, pela menoridade, limitará a compra por

habilitados que ficarão corresponsáveis pelo fornecimento do *spray* a menores.

Neste afã, Excelências, solicito a acolhida da presente proposição, como medida de interesse público.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 371/2010

Declara de Utilidade Pública o Observatório Social de Itajaí - OSI.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, o Observatório Social de Itajaí - OSI, com sede e foro na cidade e Comarca de Itajaí.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Ana Paula Lima

Lido no Expediente

Sessão de 24/11/10

#### JUSTIFICATIVA

O Observatório Social de Itajaí - OSI, fundado em 16 de dezembro de 2008, é pessoa jurídica de direito privado, de fins não econômicos ou lucrativos, destinado a promover a cidadania, a participação coletiva e a cultura, com sede e foro no Município e Comarca de Itajaí-SC, na Rua José Ferreira da Silva, nº 43 - Centro. Suas finalidades e objetivos institucionais reger-se-ão pelo presente Estatuto, pelo Regimento Interno e pelas disposições legais aplicáveis.

A duração do Observatório Social de Itajaí é de tempo indeterminado.

O OSI tem como objetivos gerais:

I - Atuar como organismo de apoio à comunidade para pesquisa, análise e divulgação de informações sobre o comportamento de entidades e órgãos públicos com relação à aplicação dos recursos, ao cumprimento ético de seus funcionários e dirigentes, aos resultados gerados e à qualidade dos serviços prestados.

II - Congregar, localmente, representantes da sociedade civil organizada, executivos e profissionais liberais de todas as categorias, sem vinculação político-partidária, dispostos a contribuir no processo de difusão do conceito de cidadania fiscal, servindo a seu grupo profissional e à sociedade em geral.

III - Possibilitar o exercício do direito de influenciar as políticas públicas que afetam a comunidade, conforme está assegurado pelo artigo 1º da Constituição Federal de 1988: "todo poder emana do povo".

IV - Incentivar e contribuir com o aprimoramento pessoal e profissional de membros da comunidade e de profissionais ligados às áreas de interesse o OSI, através de cursos, seminários, palestras, debates, grupos de estudos, entre outras atividades.

V - Incentivar e promover eventos artísticos e culturais que possam contribuir para a criação da cultura da cidadania fiscal e popularização das ferramentas de participação dos cidadãos na avaliação e monitoramento da gestão dos recursos públicos.

VI - Contribuir, diretamente, para que haja maior transparência na gestão dos recursos públicos, de acordo com o previsto no artigo 5º, incisos XIV e XXXIV; artigo 37, parágrafo 3º da Constituição Federal de 1988.

VII - Estimular a participação da sociedade civil organizada no processo de avaliação da gestão dos recursos públicos, visando defender e reivindicar a austeridade necessária na sua aplicação, dentro de princípios éticos com vistas à paz e à justiça social.

VIII - Incentivar e promover o voluntariado nas ações educativas e operacionais em favor dos direitos do cidadão e contra a corrupção.

IX - Realizar e divulgar estudos relativos a atividades governamentais e empresárias de interesse da comunidade.

X - Participar da Rede da Cidadania Fiscal como forma de facilitar o cumprimento das ações locais de Educação Fiscal e Controle dos Gastos Públicos.

XI - Reverter o quadro de desconhecimento, por parte de indivíduos, empresas e entidades de mecanismos capazes de possibilitar o exercício da cidadania fiscal e o controle da qualidade na aplicação dos recursos públicos.

XII - Apresentar propostas para o desenvolvimento de projetos, atividades, estudos, que contemplem a promoção de mudanças fundamentais e essenciais no processo de gestão dos recursos públicos, principalmente nas áreas de saúde, educação, recursos humanos, licitações, gastos do poder legislativo e assistência social.

Entende-se por cidadania fiscal a capacidade de entendimento da importância social dos tributos e a necessidade do controle social dos gastos públicos.

A atuação do OSI se dará através de padrões, previamente estabelecidos pela Rede da Cidadania Fiscal, à qual o OSI deverá filiar-se.

Considerando o devido atendimento à legislação vigente e a relevância dos serviços prestados pelo "Observatório Social de Itajaí - OSI", solicitamos aos Excelentíssimos Senhores Deputados a aprovação desta proposição, concedendo à entidade mencionada o título de Utilidade Pública Estadual.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 372/2010

Institui o Prêmio "Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura", e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura, a ser conferido a pessoas físicas ou jurídicas catarinenses vencedoras de concurso público nas seguintes categorias:

- I - Artes populares;
- II - Artes Visuais;
- III - Dança;
- IV - Letras;
- V - Música;
- VI - Patrimônio Cultural;
- VII - Teatro.

Parágrafo Único - O Prêmio se destina à produção, circulação, pesquisa, formação, preservação e difusão cultural de trabalhos artísticos.

Art. 2º A premiação prevista no artigo anterior será conferida anualmente, em solenidade pública.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua publicação.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias do Fundo Estadual de Incentivo à Cultura - FUNCULTURAL.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis (SC), de de 2010.

Proponente: Deputado Gilmar Knaesel

*Lido no Expediente*

*Sessão de 25/11/10*

#### **JUSTIFICATIVA:**

**Senhor Deputado PRESIDENTE**

**e Senhores DEPUTADOS,**

**Membros deste Poder Legislativo.**

A criação de editais permanentes de incentivo à cultura proporcionará a promoção da dança, das artes plásticas, da cultura popular, das letras, da música, enfim, de toda a cadeia cultural de nosso Estado. Ainda ajudará na formação de novos artistas, formação de público e gerar emprego e renda. A transformação do Edital Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura em lei fará com que nosso Estado tenha definitivamente, uma política para o setor cultural. Caros Deputados, o presente Projeto de Lei visa consolidar o Programa de Editais já instituído pela Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, em pareceria com o Conselho Estadual de Cultura e com a Fundação Catarinense de Cultura.

No ano de 2008 lançamos o Edital Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura que contemplou 189 projetos de todo o Estado de Santa Catarina. Ao todo, foram recebidas 1.428 inscrições para as sete grandes áreas abarcadas no edital. O sucesso do Edital Elisabete Anderle, escopo deste Projeto de Lei, foi tanto que o setor cultural clama pela sua reedição e clama a esta casa que torne o mesmo uma lei que revolucionará a arte catarinense.

Na condição de Secretário de Estado das áreas da cultura, turismo e esporte, tive a oportunidade de conduzir um processo que além de resultar em um grande diagnóstico de todas as áreas de Santa Catarina, também concluiu com um Plano de longo prazo para as três áreas, legitimado pela participação popular e pelos segmentos representativos nas diversas regiões do Estado. Tal pesquisa resultou no Plano de Desenvolvimento Integrado do Lazer - PDIL que foi transformado na Lei 13792. Desta feita, alicerçado nos Programas e Projetos instituídos no PDIL, pretende-se, de forma democrática, estimular a produção, a circulação, a pesquisa, a formação, a preservação e a difusão da arte e dos artistas catarinenses.

É um programa de fomento da **economia da cultura**, direcionado as artes populares, artes visuais, dança, letras, música, patrimônio cultural e teatro.

Preliminarmente, os projetos inscritos deverão ser analisados sob os aspectos do interesse cultural e que apresente indícios de transformações estéticas nunca esquecendo do aspecto social inerente a toda arte, porque toda arte é transformadora de realidades, transformadora de mundos ajudando na construção da cidadania.

Será criada também na Regulamentação através de Decreto, a Comissão de Organização e Acompanhamento e a Comissão Autônoma de Seleção visando à democratização e a transparência do Programa.

Quanto ao nome que se dá ao **Edital Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura**, vale aqui lembrar que a Professora Elisabete Anderle o conquistou durante toda a vida e legitimou no breve período que esteve à frente, como Presidente, da Fundação Catarinense de Cultura, quando se dedicou integralmente à causa da Cultura Catarinense, revelando-se uma alma elevada que conciliava qualidades de forma singular. Era culta e humilde, erudita e simples, elegante e despojada, apaixonada e sutil, generosa e justa. Mas a sua maior qualidade, que é uma das virtudes da humanidade, foi a de ouvir e aprender ensinando. Sua partida prematura abreviou o tempo que teria para implantar as políticas culturais que havia planejado. Esse Programa de Editais é um dos seus legados, razão que nos leva a solicitar a todos os Membros desta Casa Legislativa a aprovação do presente Projeto de Lei.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 373/10

Declara de utilidade pública o Instituto Sócio Ambiental Adelina Clara Hess de Souza, de Blumenau.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Sócio Ambiental Adelina Clara Hess de Souza, com sede no município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões

Deputado Jean Kuhlmann

*Lido no Expediente*

*Sessão de 25/11/10*

#### **JUSTIFICATIVA**

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei que visa declarar de utilidade pública o Instituto Sócio Ambiental Adelina Clara Hess de Souza, com sede no município de Blumenau.

A presente entidade tem como finalidade desenvolver atividades de assistência social, programas de assistência à comunidade na área cultural e do meio ambiente, além de geração de emprego e renda e apoio educacional.

Para dar continuidade às ações implementadas e dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, motivo pelo qual submeto aos Senhores Deputados o presente projeto de lei.

\*\*\* X X X \*\*\*